

Cia.Hering

✕ HERING ✕ HERINGKIDS PUC 9 D Z A R M

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 2020

AGO 27.04

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	pág. 3
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM N° 481/09	pág. 5
BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA	pág. 11
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA ITEM 10, INSTRUÇÃO CVM N° 480/09	pág. 15
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ITENS 12.5 A 12.10, INSTRUÇÃO CVM N° 480/09	pág. 64
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES ITEM 13, INSTRUÇÃO CVM N° 480/09	pág. 74

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

O Conselho de Administração da Cia. Hering (“Companhia”) vem submeter, para exame e deliberação, a seguinte proposta:

Assembleia Geral Ordinária

(i) Aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia e demais documentos, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;

(ii) Aprovação da proposta da destinação do Lucro Líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2019, correspondente a **R\$ 214.701.860,07** (duzentos e quatorze milhões, setecentos e um mil, oitocentos e sessenta reais e sete centavos), conforme segue:

(a) R\$ 3.402.620,49 (três milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e vinte reais e quarenta e nove centavos) para a constituição de Reserva Legal;

(b) R\$ 146.649.450,28 (cento e quarenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e nove centavos) para a Reserva de Subvenção de Incentivos Fiscais; e

(c) Durante o exercício social de 2019, “ad referendum”, da Assembleia Geral, a Companhia distribuiu R\$ 131.158.223,77 (cento e trinta e um milhões, cento e cinquenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos), a título de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos, sendo: R\$ 81.166.102,63 (oitenta e um milhões, cento e sessenta e seis mil, cento e dois reais e sessenta e três centavos), a título de Juros Sobre o Capital Próprio, já declarados e pagos aos acionistas, conforme deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 27/03/2019, 08/05/2019, 23/09/2019 e 11/12/2019. Deste montante o valor de R\$ 63.496.153,15 (sessenta e três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta e três reais e quinze centavos), foi pago utilizando-se parte do lucro auferido no exercício de 2019 e R\$ 17.669.949,48 (dezessete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), foi distribuído utilizando-se parcela da Reserva de Retenção de Lucros constituída em exercícios anteriores. O montante de R\$ 49.992.121,14 (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e vinte e um reais e quatorze centavos), a título de dividendos, já declarados e pagos aos acionistas, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 31/07/2019, foram distribuídos utilizando-se parte da Reserva de Incentivos Fiscais, observando-se as determinações legais. Os Juros Sobre o Capital Próprio, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2019;

(d) R\$ 1.922.514,00 (um milhão, novecentos e vinte e dois mil e quinhentos e quatorze reais) referente a perda de Avaliação Atuarial do Plano de Previdência;

(e) R\$ 768.877,85 (setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) referente a ganho de Correção Monetária do Ativo Imobilizado.

(iii) Aprovação da remuneração global anual para o exercício de 2020, no montante de R\$ **28.615.333,77** (vinte e oito milhões, seiscentos e quinze mil, trezentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos), para o Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

Estado de Calamidade Pública

A Companhia atendendo ao disposto no art. 132 da Lei das S.A.s e diante do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Federal n.º 6 de 20/03/2020 e do disposto na alínea a, inciso II, do art. 7º do Decreto Estadual de SC n.º 525 adotará medidas para evitar a aglomeração e reunião de pessoas na realização da Assembleia Geral Ordinária relativa ao exercício findo em 2019.

Voto à Distância e Procuração

Para tanto, propõe aos acionistas em geral, para a preservação de sua saúde e em atendimento às medidas de enfrentamento do COVID-19, que a votação da AGO seja feita por: i) Boletim de Voto à Distância, de acordo com a Instrução CVM 481/2009; ou ii) Procuração com orientação de voto a advogado pertencente ao quadro da Companhia – que os representará para tal fim e ciente da responsabilidade do mandato que lhe for conferido, conforme procedimento abaixo.

Neste contexto, a participação dos membros do Comitê de Auditoria, representante do Auditor Independente e de Administradores se dará à distância, por sistema de vídeo conferência *Microsoft® Teams*.

O Boletim de Voto, à distância, permite que os acionistas participem das Assembleias mediante a entrega do boletim de voto à distância, de acordo com a Instrução CVM 481/2009, aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções contidas do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Como alternativa colocada à disposição dos acionistas, caso estes não queiram utilizar a faculdade de voto à distância, poderão outorgar procuração a advogado da Companhia que estará presente à Assembleia com esta finalidade, abaixo nominado, com sua orientação de voto.

ALESSANDRA DE PAULA SOUZA, brasileira, divorciada, advogada OAB/PR 31.133, com domicílio em Blumenau/SC, e-mail: juridico@ciahering.com.br.

Dúvidas sobre tal procedimento poderão ser sanadas com a área de RI da Companhia pelo e-mail ri@ciahering.com.br.

Observação: Anexas as informações exigidas pelas Instruções CVM n.º 480 e 481/09 e suas alterações, em atendimento ao edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária.

Blumenau, 27 de março de 2020.

Conselho de Administração

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO EXIGIDAS PELA INSTRUÇÃO
CVM Nº 481/09 E SUAS ALTERAÇÕES**

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício é de **R\$ 214.701.860,07** (duzentos e quatorze milhões, setecentos e um mil, oitocentos e sessenta reais e sete centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

O montante global distribuído a título de dividendos e juros sobre o capital próprio foi de **R\$ 131.158.223,77** (cento e trinta e um milhões, cento e cinquenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos).

Deste montante, o valor de R\$ 81.166.102,63 (oitenta e um milhões, cento e sessenta e seis mil, cento e dois reais e sessenta e três centavos) foi pago a título de Juros Sobre o Capital Próprio, sendo: R\$ 63.496.153,15 (sessenta e três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta e três reais e quinze centavos), foi pago utilizando-se parte do lucro auferido no exercício de 2019 e R\$ 17.669.949,48 (dezessete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), foi distribuído utilizando-se parcela da Reserva de Retenção de Lucros constituída em exercícios anteriores.

O montante de R\$ 49.992.121,14 (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e vinte e um reais e quatorze centavos), a título de dividendos, já declarados e pagos aos acionistas, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 31/07/2019, foram distribuídos utilizando-se parte da Reserva de Incentivos Fiscais, observando-se as determinações legais. Os Juros Sobre o Capital Próprio, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2019.

Uma vez aprovada a proposta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, o valor global de dividendos e de juros sobre o capital próprio por ação será de R\$ 0,8099 para os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados, conforme tabela abaixo.

Descrição	Evento	Pagamento	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Bruto Total (R\$)
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 27/03/2019	24/04/2019	0,1423	22.993.877,77
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 08/05/2019	05/07/2019	0,1268	20.489.274,08
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 23/09/2019	23/10/2019	0,1200	19.491.181,44
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 11/12/2019	30/12/2019	0,1120	18.191.769,34
Total	-	-	0,5011	81.166.102,63
Dividendos	RCA 31/07/2019	05/09/2019	0,3088	49.992.121,14
Total Global	-	-	0,8099	131.158.223,77

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido a ser distribuído em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2020, será de 37,80%. Adicionalmente a Companhia pagou a título de dividendos o montante de **R\$ 49.992.121,14** (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e vinte e um reais e quatorze centavos) correspondente a R\$ 0,3088 por ação, com base no saldo de Reserva de Incentivos Fiscais, observando as determinações legais.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Caso aprovado em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2020, o montante global e o valor por ação de dividendos no montante de **R\$ 49.992.121,14** (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e vinte e um reais e quatorze centavos) e R\$ 0,3088 por ação foi pago com base no saldo de Reserva de Incentivos Fiscais.

- a) **Ação de cada espécie e classe**
- b) **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**
- c) **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**
- d) **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não há proposta de distribuição adicional de dividendos, apenas a atribuição ao dividendo obrigatório dos juros sobre capital próprio já declarados ao longo do exercício de 2019 e detalhados acima.

5. Declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados:

O montante global distribuído a título de dividendos e juros sobre o capital próprio foi de **R\$ 131.158.223,77** (cento e trinta e um milhões, cento e cinquenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos).

Deste montante, o valor de R\$ 81.166.102,63 (oitenta e um milhões, cento e sessenta e seis mil, cento e dois reais e sessenta e três centavos) foi pago a título de Juros Sobre o Capital Próprio, sendo: R\$ 63.496.153,15 (sessenta e três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta e três reais e quinze centavos), pagos utilizando-se parte do lucro auferido no exercício de 2019 e R\$ 17.669.949,48 (dezessete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), distribuídos utilizando-se parcela da Reserva de Retenção de Lucros constituída em exercícios anteriores.

O montante de R\$ 49.992.121,14 (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e vinte e um reais e quatorze centavos), a título de dividendos, já declarados e pagos aos acionistas, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 31/07/2019, foram distribuídos utilizando-se parte da Reserva de Incentivos Fiscais, observando-se as determinações legais. Os Juros Sobre o Capital Próprio, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2019.

Uma vez aprovada a proposta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, o valor global de dividendos e de juros sobre o capital próprio por ação será de R\$ 0,8099 para os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados.

b) data dos respectivos pagamentos:

Descrição	Evento	Pagamento	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Bruto Total (R\$)
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 27/03/2019	24/04/2019	0,1423	22.993.877,77
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 08/05/2019	05/07/2019	0,1268	20.489.274,08
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 23/09/2019	23/10/2019	0,1200	19.491.181,44
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 11/12/2019	30/12/2019	0,1120	18.191.769,34
Total	-	-	0,5011	81.166.102,63
Dividendos	RCA 31/07/2019	05/09/2019	0,3088	49.992.121,14
Total Global	-	-	0,8099	131.158.223,77

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

	2019	2018	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício (R\$)	214.701.860,07	239.514.384,45	263.780.618,86	199.416.527,73
Por Ação (R\$)	1,32	1,48	1,63	1,24

b) dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores:

Descrição	Valor Bruto por Ação R\$	Valor Bruto Total R\$
Juros Sobre o Capital Próprio	0,1423	22.993.877,77
Juros Sobre o Capital Próprio	0,1268	20.489.274,08
Juros Sobre o Capital Próprio	0,1200	19.491.181,44
Juros Sobre o Capital Próprio	0,1120	18.191.769,34
Dividendos	0,3088	49.992.121,52
Total distribuído - exercício 2019	0,8099	131.158.223,77

Descrição	Valor Bruto por Ação R\$	Valor Total Bruto R\$
Dividendos	0,1853	29.989.625,38
Juros Sobre o Capital Próprio	0,2471	39.991.561,96
Dividendos	0,2478	39.995.653,24
Juros Sobre o Capital Próprio	0,2478	39.995.653,24
Total distribuído - exercício 2018	0,9280	149.972.493,82

Descrição	Valor Bruto por Ação R\$	Valor Total Bruto R\$
Juros Sobre o Capital Próprio	0,2666	42.997.252,00
Juros Sobre o Capital Próprio	0,2595	41.998.423,02
Dividendos	0,3100	49.996.804,65
Dividendos	0,3089	49.993.498,54
Total distribuído - exercício 2017	1,1450	184.985.978,21

8. Destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à constituição da reserva legal

O montante destinado à constituição da reserva legal é de **R\$ 3.402.620,49** (três milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e dois mil, seiscentos e vinte reais e quarenta e nove centavos).

b) cálculo para a constituição da reserva legal

A constituição de Reserva Legal no valor de **R\$ 3.402.620,49** (três milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e vinte reais e quarenta e nove centavos) é determinada pelo Artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e tem por fim assegurar a integridade do capital social. Para a constituição da Reserva Legal, foi deduzido do lucro líquido do exercício social, o montante destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais. Do lucro líquido do exercício social após a dedução da Reserva de Incentivos Fiscais, aplicou-se o montante de 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme artigo 33, inciso II, do estatuto social da Companhia, após procedidas as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, incisos I, II e III, da Lei nº 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo remanescente, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório.

b. Informar se está sendo pago integralmente

Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente. Ressalte-se que o Conselho de Administração propôs a distribuição de 37,80% do lucro líquido referente ao exercício social encerrado

em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente o Conselho de Administração da Companhia propôs a distribuição de R\$ 49.992.121,14 (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e vinte e um reais e quatorze centavos) a título de dividendos, com base no saldo de Reserva de Incentivos Fiscais.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há proposta de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giros e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

Não há proposta de destinação de resultado para a constituição de reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a) Informar o montante destinado à reserva

O montante destinado a reserva de incentivo fiscal é **R\$ 146.649.450,28** (cento e quarenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e nove centavos).

b) explicar a natureza da destinação

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos, representadas pelos incentivos fiscais concedidos à Companhia pelos estados de Goiás (Produzir, Lei do Vestuário e Crédito Outorgado Atacadista), Rio Grande do Norte (Proadi e SUDENE) e Santa Catarina (Tratamento Tributário Diferenciado e Crédito Presumido sobre Vendas pela Internet).

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO – CIA. HERING DE 27.04.2020**

Nome do acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento <p>O presente boletim é referente à Assembleia Geral Ordinária da Cia. Hering (“Companhia”) a ser realizada no dia 27 de abril de 2020, às 15h00, e deve ser preenchido na hipótese de o acionista optar por exercer seu direito de voto à distância, nos termos nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada, observado ainda as orientações descritas no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia.</p> <p>Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.</p> <p>Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam computados no quórum das Assembleias Gerais: (i) todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as suas páginas deverão ser rubricadas; (iii) ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e (iv) não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização.</p> <p>O prazo para submissão deste Boletim diretamente à Companhia ou por meio de prestadores de serviços (nos termos do artigo 21-B da ICVM 481) é 20 de abril de 2020.</p>
Orientações para envio do boletim, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante <p>O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:</p> <p>Exercício de voto por meio de envio ao Custodiante</p> <p>Caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, o acionista deverá transmitir a instrução de voto ao agente de custódia de suas ações, observado os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante.</p> <p>Exercício de voto por meio de envio ao Escriturador</p> <p>Neste caso, o acionista deverá transmitir as instruções de voto para a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, a saber, Itaú Corretora de Valores S.A. (CNPJ/MF no 61.194.353/0001-64) (“ITAUCOR”), observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador.</p>

Nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 07 (sete) dias antes da data de realização das Assembleias, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

A Central Depositária da B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia e outorga de procuração

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá fazê-lo por meio do envio do boletim diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rua Hermann Hering, 1790, Bom Retiro, CEP: 89010-900, Blumenau/SC – Brasil, aos cuidados do Departamento Jurídico:

(i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos: para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, quando representados por procurador, necessária a comprovação de poderes do(s) signatário(s); para pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal; para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

Caso este boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos nos itens (i) e (ii) acima, este será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 07 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 20/04/2020 (inclusive). Eventuais boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

Além da opção da participação por voto à distância, a Cia. propõe aos acionistas em geral, para a preservação de sua saúde e em atendimento às medidas de enfrentamento do COVID-19, que a votação da AGO seja feita também por Procuração com orientação de voto a advogado pertencente ao quadro da Companhia, abaixo nominado, com sua orientação de voto – que os representará para tal fim e ciente da responsabilidade do mandato que lhe for conferido.

ALESSANDRA DE PAULA SOUZA, brasileira, divorciada, advogada OAB/PR 31.133, com domicílio em Blumenau/SC, e-mail: juridico@ciahering.com.br.

Neste contexto, a participação dos membros do Comitê de Auditoria, representante do Auditor Independente e de Administradores se dará à distância, por sistema de vídeo conferência *Microsoft®*

Teams.

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar
São Paulo (SP)
CEP 04538-132

ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS

Telefones: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 7209285 (demais localidades), em dias úteis, das 9h às 18h.

Endereço eletrônico: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações/ Questões relacionadas à Assembleia Geral Ordinária

Deliberação Simples

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2019, e a ratificação da distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados pelo Conselho de Administração "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, nos seguintes termos:

- (i) **R\$ 3.402.620,49** para a constituição de Reserva Legal;
- (ii) **R\$ 146.649.450,28** para a Reserva de Subvenção de Incentivos Fiscais;
- (iii) **R\$ 131.158.223,77** distribuídos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, aprovados e já pagos aos acionistas. Deste montante o valor de R\$ 63.496.153,15, foi pago utilizando-se parte do lucro auferido no exercício de 2019 e o valor de R\$ 17.669.949,48 foi distribuído utilizando-se parcela da Reserva de Retenção de Lucros constituída em exercícios anteriores.
- (iv) **R\$ 1.922.514,00** referente a perda de Avaliação Atuarial do Plano de Previdência; e
- (v) **R\$ 768.877,85** referente Correção Monetária do Ativo Imobilizado.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

3. Deliberar acerca da remuneração global anual para o exercício de 2020, no montante de R\$ **28.615.333,77** (vinte e oito milhões, seiscentos e quinze mil, trezentos e trinta e três reais e setenta e

sete centavos), para o Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Questão Simples

4. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976?

*Observação: Deliberação não integrante da ordem do dia da AGO, sendo inserida em atendimento ao disposto no artigo 21-K, parágrafo único, da ICVM 481/09.

Sim Não Abster-se

Questão Simples

5. Autoriza a lavratura da ata dessa Assembleia em forma sumária, conforme parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?

Sim Não Abster-se

Questão Simples

6. Autoriza a publicação da ata dessa Assembleia, com omissão dos nomes dos acionistas, conforme parágrafo 2º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?

Sim Não Abster-se

Questão Simples

7. Caso seja necessária a realização de segunda convocação para AGO, as instruções de voto contidas neste Boletim podem ser consideradas também na hipótese de realização da AGO em segunda convocação?

Sim Não

Cidade: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Nome do Acionista: _____

CPF/CNPJ: _____

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
(ITEM 10 – IN 480/09)**

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências, e os seus recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

Na tabela abaixo são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Índices	Em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
Liquidez corrente	3,56	3,26	3,73
Liquidez geral	3,63	3,35	3,49
Endividamento Total	25%	29%	27%
Retorno sobre o Ativo	17%	14%	12%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	16%	18%	15%

Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo Circulante era de R\$ 1.213,6 milhões, e superava o Passivo Circulante de R\$ 325,2 milhões em um montante de R\$ 888,4 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 3,73. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o índice de liquidez corrente era, respectivamente, de 3,26 e 3,56.

Em 2019 comparativamente com 2018, a diminuição do índice de endividamento deveu-se principalmente a (i) a diminuição do saldo de fornecedores em R\$ 21 milhões (ii) da diminuição do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 40 milhões, referente ao pagamento de dividendos de 2018 em 2019 (iii) ao aumento do Patrimônio Líquido em R\$ 106,3 milhões.

Em 2018 comparativamente com 2017, o aumento do índice de endividamento deveu-se principalmente a (i) aumento do saldo de fornecedores em R\$ 80,7 milhões devido aumento de prazo de compras (ii) aumento em Dividendos e juros de capital próprio a pagar em R\$ 40,0 milhões de montante destinado em dezembro para pagamento em janeiro (iii) redução em Empréstimos e financiamentos em R\$ 27,3 milhões devido a quitação do empréstimo e (iv) ao aumento do Patrimônio Líquido em R\$ 87,1 milhões.

Em 2017 comparativamente com 2016, a redução do índice de endividamento deveu-se principalmente a (i) redução do saldo de fornecedores em R\$ 44,9 milhões devido ao menor prazo (ii) aumento em outras provisões em R\$ 28,1 milhões, que se refere principalmente a provisão do bônus relacionado ao plano de participação nos resultados (em 31 de dezembro de 2016 não houve provisão em função do resultado abaixo do esperado) e (iii) ao aumento do Patrimônio Líquido em R\$ 23,5 milhões.

O índice de endividamento total de 2019 era de 27% (passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido). Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o índice de endividamento total era, respectivamente, 29% e 25%.

b. estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Estrutura de Capital - R\$ milhões	Em 31 de dezembro de					
	2017		2018		2019	
Capital de terceiros - circulante	286,3	18,6%	364,9	21,4%	325,2	17,9%
Capital de terceiros - não circulante	18,9	1,2%	19,2	1,1%	60,2	3,3%
Capital próprio - patrimônio líquido	1.232,9	80,2%	1.320,1	77,5%	1.426,4	78,7%
Total	1.538,1	100%	1.704,2	100%	1.811,8	100%

A diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia está alinhada com as expectativas de negócio e de investimentos da Cia. Hering.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento da Companhia bem como o caixa líquido nos exercícios de 2017 a 2019:

Endividamento - R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
Curto Prazo	(27,3)	-	-
Longo Prazo	-	-	-
Total da Dívida	(27,3)	-	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	148,8	320,5	364,8
(=) Caixa Líquido	121,5	320,5	364,8

A diretoria acredita que a disponibilidade atual de recursos bem como a expectativa de geração de caixa operacional é suficiente para honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia tem utilizado a própria geração de fluxo de caixa operacional como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa (vide alínea 'b' e 'c' deste item 10.1).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2019 serão as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa e expectativa de geração de caixa da própria operação.

Para garantir a continuidade das operações da Cia. Hering em situações de *stress*, a Política de Gestão de Caixa define um saldo mínimo de caixa baseado em premissas pessimistas sobre as operações. Desta forma, a Companhia tenta evitar a necessidade de contratação de financiamentos emergenciais para cobertura de deficiências de liquidez não previstas, que usualmente implicam custos mais elevados.

Contudo, se ainda assim houver necessidade, a Companhia acredita que poderá estruturar ou obter, com seus principais bancos de relacionamento, novas linhas para contratação de capital de giro de acordo com os instrumentos disponíveis e condições de mercado vigentes à época da contratação.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia liquidou os empréstimos e financiamentos que possuía, ficando zerada essa rubrica na demonstração financeira.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos de empréstimo e financiamentos que somavam R\$ 27,3 milhões classificados no circulante.

Modalidade	Valor (em R\$ mil)	Juros	Amortização	Vencimento	Garantias	Finalidade
Capital de giro	18.531	TJLP+3,5% a.a.	Juros antecipados e principal no vencimento	out/18	não há	Capital de Giro
Capital de giro	8.762	Selic+3,5% a.a	Juros antecipados e principal no vencimento	out/18	não há	Capital de Giro
Total	27.293					

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia firmou em 05 de novembro de 2007, convênio para Emissão de Cartão de Crédito *Co-branded*, com a Losango Promoções de Vendas Ltda. e HSBC Bank Brasil SA. (incorporado pelo

Bradesco), em caráter de exclusividade. Este convênio prevê a emissão do Cartão e sua oferta e disponibilização no âmbito da Rede de Lojas Hering Store, com prazo de 10 (dez) anos, a partir de sua assinatura. O referido contrato possui aditivo com prorrogação vigente até 31 de março de 2018. Em relação aos processos que a Companhia mantém com a Massa Falida do Banco Santos, figurando como parte passiva, a Companhia apresentou garantia ao Juízo da execução de título extrajudicial (0195973-64.2012.8.26.0100) e respectivos embargos à execução (0003542-66.2013.8.26.0100), ambos em tramitação perante a 43ª Vara Cível Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, em 13/12/2012, na modalidade de carta de fiança bancária, contratada junto ao Itaú BBA em 11/12/2013, no montante de R\$65.006, que tinha vigência por prazo indeterminado. Essa carta foi substituída por outra, na mesma modalidade, contratada junto ao Banco Santander em 04/06/2018, no valor de R\$152.321, em cumprimento à determinação judicial que determinou que o valor da garantia passasse a corresponder ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei.

A Companhia possui junto a instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito “Risco Sacado”, que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência da operação realizada. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessa operação totalizava R\$ 67,4 milhões (R\$ 71,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$ 34,4 milhões em 31 de dezembro de 2017).

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas contratadas pela Companhia são classificadas em dois graus de subordinação: a) Quirografárias: sem garantias (títulos de crédito em geral) e b) Privilegiadas: com garantias reais (penhor e hipoteca).

Em 31 de dezembro de 2019, o total de R\$ 385,4 milhões de endividamento é classificado como quirografários.

Em 31 de dezembro de 2018, o total de R\$ 384,1 milhões de endividamento é classificado como quirografários.

Em 31 de dezembro de 2017, o total de R\$ 305,3 milhões de endividamento é classificado como quirografários.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário bem como se o emissor vem cumprindo restrições.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia liquidou os empréstimos e financiamentos que possuía, ficando zerada essa rubrica na demonstração financeira.

Em 31 de dezembro de 2017 o contrato de financiamento do BNDES “Exim Pré-embarque” permanece vigente com as mesmas cláusulas contratuais restritivas. O contrato de financiamento do BNDES “Exim Pré-embarque” contratado em outubro 2016 contém cláusulas restritivas (*convenants*) no que diz respeito à existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão de práticas de atos, pela Companhia, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio

ambiente, aplicação do recurso em finalidade diversa daquela prevista no contrato e no caso de diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a) de pessoa que exerça atividade remunerada na Companhia. Os compromissos estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia liquidou os empréstimos e financiamentos que possuía, ficando zerada essa rubrica na demonstração financeira.

Em 31 de dezembro de 2017 a empresa possuía um total de R\$ 27,3 milhões em linhas de financiamento advindas do BNDES Exim Pré Embarque, totalmente desembolsado.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Descrição das principais contas da demonstração de resultados:

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas é calculada como o resultado da receita bruta de vendas após descontadas as deduções de vendas.

A receita bruta de vendas no mercado interno é composta de vendas dos produtos das marcas “Hering”, “Hering Kids”, “PUC” e “DZARM.”, outras vendas e de *royalties* pelo uso das marcas. No mercado externo, a receita é proveniente de vendas de produtos de marcas próprias para franquias e clientes multimarcas. As receitas brutas são contabilizadas pelo regime de competência, no momento em que são transferidos os riscos e benefícios das mercadorias ao comprador, ou no caso das lojas próprias no momento em que a mercadoria é vendida ao consumidor, excluídas as devoluções de produtos.

As deduções de vendas incluem tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e abatimentos.

Tributos sobre vendas: as vendas no mercado interno são tributadas pelo ICMS, PIS e Cofins. Todos esses tributos estão refletidos na linha de “Deduções de Vendas” das demonstrações financeiras. Não há incidência desses tributos sobre as vendas realizadas ao mercado externo.

Abatimentos: consistem em eventuais descontos nos preços de produtos em função de negociações comerciais com clientes, lojas franqueadas e lojas multimarcas.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos compreende os gastos com mão-de-obra direta e indireta (i.e., serviços de terceiros), matérias-primas, insumos, custos com produção, como energia elétrica e gás combustível, produtos adquiridos de terceiros e depreciação. A representatividade desses custos, em relação ao total do custo dos produtos vendidos em 2019 foi: custos com matérias-primas e material de revenda 56,4%; custos com pessoal 17,4%, custos com mão de obra 17,1%, custos com energia elétrica 1,2%, depreciação 3,9% e outros custos 4,0%.

Margem Bruta

A margem bruta é a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo dos produtos vendidos, expressa como porcentagem da receita líquida de vendas.

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são divididas em variáveis e fixas. As despesas variáveis consistem, principalmente, em fretes, comissões sobre vendas e provisão para devedores duvidosos, e variam de acordo com o volume de vendas. As despesas fixas consistem em despesas com os colaboradores das lojas próprias, publicidade e propaganda, pesquisa e desenvolvimento de produtos, despesas de viagem dos colaboradores da área comercial, despesas de gestão de lojas próprias, tais como aluguéis e encargos locatícios, e manutenção de equipamentos, cujas variações não estão diretamente relacionadas com o volume de vendas. Em 2019, as despesas variáveis e fixas com vendas representaram, conjuntamente, 23,2% da receita líquida de vendas.

Remuneração de Administradores

Os principais componentes da remuneração de administradores são a remuneração e gratificações pagas aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e respectivos encargos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas incluem todas as despesas relacionadas à administração, excluindo a remuneração de administradores mencionada acima, principalmente salários e encargos sociais dos colaboradores das áreas de recursos humanos, tecnologia, controladoria, financeiro e jurídico, e também gastos recorrentes com assistência técnica profissional terceirizada, como advogados, auditores e consultores. Tais despesas variam principalmente de acordo com o número de funcionários, política salarial, acordos coletivos de trabalho e preços praticados pelos profissionais terceirizados.

Depreciação e Amortização

As despesas com depreciação e amortização dizem respeito à depreciação e amortização dos bens, instalações e equipamentos, e são calculadas com base na vida útil estimada desses bens, instalações e equipamentos. A partir de 2019, a Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 R(2), o qual estipula que os contratos de alugueis classificados como arrendamento devem ser reconhecidos como Ativo de Direito de uso e depreciar conforme o prazo contratual de forma linear.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais incluem principalmente itens não recorrentes, atípicos e não relacionados à atividade principal da Companhia. São consideradas (despesas) receitas não-recorrentes ganhos (perdas) de ações judiciais, indenizações por reestruturação, despesas referentes ao Plano de Ações (*stock option*), despesas relacionadas ao Fundo Protege, despesas correspondentes com advogados e venda ou baixa de bens do ativo imobilizado, deduzidos os custos de aquisição desses bens.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas e despesas financeiras líquidas, o que inclui basicamente encargos sobre empréstimos tomados pela Companhia, encargos sobre obrigações e parcelamentos fiscais, IOF, receitas financeiras sobre investimentos financeiros, juros recebidos de clientes, variação cambial ativa e passiva e ganhos e perdas com instrumentos financeiros que são reconhecidos no resultado. As despesas e receitas financeiras, bem como as despesas e receitas atreladas à variação cambial, são reconhecidas no resultado quando do efetivo rendimento do ativo

ou incidência do encargo ou ocorrência de variação cambial, de acordo com o regime de competência.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício consiste do lucro após a tributação pelo imposto de renda e contribuição social e exclusão do resultado da participação dos minoritários.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Enquadramo-nos na tributação sobre o lucro Real e é recolhido o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os quais, em conjunto, correspondem a aproximadamente até 34% do resultado tributável.

Descrição do EBITDA

A inclusão de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida do desempenho econômico operacional. O EBITDA consiste no lucro líquido antes de impostos sobre a renda e contribuições sociais, despesas financeiras líquidas e depreciação e amortização.

Demonstrativo de Resultados – DRE 2019 x 2018

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A receita líquida de vendas aumentou 0,6% ou R\$ 9,6 milhões, passando de R\$ 1.539,6 milhões em 2018 para R\$ 1.549,2 milhões em 2019.

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019	AV %	2018	AV %	Variação 2019 - 2018	%
Receita operacional líquida	1.549.159	100,0%	1.539.568	100,0%	9.591	0,6%
Custo dos produtos vendidos	(870.519)	-56,2%	(883.580)	-57,4%	13.061	-1,5%
Lucro bruto	678.640	43,8%	655.988	42,6%	22.652	3,5%
Receitas (despesas) operacionais	(502.407)	-32,4%	(458.029)	-29,8%	(44.378)	9,7%
Vendas	(359.579)	-23,2%	(353.649)	-23,0%	(5.930)	1,7%
Perda por redução ao valor recuperável de contas	(12.197)	-0,8%	(8.524)	-0,6%	(3.673)	43,1%
Administrativas e gerais	(51.971)	-3,4%	(49.211)	-3,2%	(2.760)	5,6%
Honorários da administração	(9.190)	-0,6%	(8.951)	-0,6%	(239)	2,7%
Depreciação e amortização	(54.198)	-3,5%	(30.187)	-2,0%	(24.011)	79,5%
Participação nos resultados	-	0,0%	(783)	-0,1%	783	100,0%
Outras despesas e receitas operacionais líquidas	(15.272)	-1,0%	(6.724)	-0,4%	(8.548)	127,1%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	176.233	11,4%	197.959	12,9%	(21.726)	-11,0%
Receitas financeiras	68.450	4,4%	71.572	4,6%	(3.122)	-4,4%
Despesas financeiras	(35.756)	-2,3%	(34.368)	-2,2%	(1.388)	4,0%
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	208.927	13,5%	235.163	15,3%	(26.236)	-11,2%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.120)	-0,2%	1.241	0,1%	(4.361)	-351,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.895	0,6%	3.110	0,2%	5.785	186,0%
Lucro líquido do exercício	214.702	13,9%	239.514	15,6%	(24.812)	-10,4%
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia	214.702	13,9%	239.514	15,6%	(24.812)	-10,4%

Receita de Vendas por marca e canal

A receita bruta de vendas aumentou 0,5% conforme abaixo explicado:

Receitas por marca	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						
	(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	2019	AV %	2018	AV %	Varição 2019 - 2018	%
Hering		1.348.686	74,3%	1.319.306	73,0%	29.380	2,2%
Hering Kids		237.154	13,1%	230.231	12,7%	6.923	3,0%
PUC		87.916	4,8%	105.437	5,8%	-17.521	-16,6%
DZARM.		75.973	4,2%	73.241	4,1%	2.732	3,7%
Outras		23.762	1,3%	28.968	1,6%	-5.206	-18,0%
Receita bruta mercado interno		1.773.491	97,7%	1.757.183	97,3%	16.308	0,9%
Receita bruta mercado externo		42.135	2,3%	49.631	2,7%	-7.496	-15,1%
Receita bruta total		1.815.626	100,0%	1.806.814	100%	8.812	0,5%

Receitas por canal	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						
	(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	2019	AV %	2018	AV %	Varição 2019 - 2018	%
Multimarca		704.840	38,8%	736.794	40,8%	-31.954	-4,3%
Franquias		627.075	34,5%	619.514	34,3%	7.561	1,2%
Lojas Próprias		365.829	20,1%	344.580	19,1%	21.249	6,2%
Webstore		69.996	3,9%	48.950	2,7%	21.046	43,0%
Outras		5.751	0,4%	7.345	0,4%	-1.594	-21,7%
Receita bruta mercado interno		1.773.491	97,7%	1.757.183	97,4%	16.308	0,9%
Receita bruta mercado externo		42.135	2,3%	49.631	2,6%	-7.496	-15,1%
Receita bruta total		1.815.626	100%	1.806.814	100%	8.812	0,5%

Em 2019 a receita bruta totalizou R\$ 1,8 bilhão, alta de 0,5% versus o mesmo período do ano anterior, com desempenho positivo em todos os canais, com exceção do canal Multimarcas. A Companhia apresentou crescimento de vendas nos 9 primeiros meses do ano e queda no 4T19, exclusivamente atribuída à performance de dezembro, que representa aproximadamente 60% das vendas do período.

Ao longo de 2019 continuamos evoluindo no processo de atualização da marca Hering com novas e efetivas iniciativas em produto, loja e comunicação mantendo de maneira consistente a conexão com os consumidores. Algumas dessas iniciativas exitosas ao longo do ano e na maior parte do trimestre, não se traduziram em uma proposta efetiva para o período de vendas do Natal, sobretudo na agenda de presenteáveis. Após análise e diagnóstico, a Companhia está implementando ajustes na estratégia de curto prazo e destacadamente para o Natal de 2020.

Mercado Interno

As vendas brutas da Companhia totalizaram R\$ 1,77 bilhão em 2019, aumento de 0,9% em comparação a igual período de 2018.

As vendas das lojas próprias totalizaram R\$ 365,8 milhões, crescimento de 6,2% versus 2018, impulsionadas pela retomada no número de atendimentos e maior produtividade das vendas. As vendas para as franquias ("sell-in") totalizaram R\$ 627,1 milhões, alta de 1,2% versus 2018. Apesar do fechamento líquido de lojas do ano, o crescimento é influenciado pelo aumento da produtividade das lojas. Destaca-se a preservação da sustentabilidade da rede e o dimensionamento dos níveis de estoque versus as vendas realizadas ao consumidor final, onde os franqueados realizaram um abastecimento equilibrado no período de "showroom" com a possibilidade de colocação de menos pedidos através de reposição. As vendas do canal multimarcas apresentaram declínio de 4,3% no ano, notadamente em razão do menor pedido médio e declínio do número de clientes. Apesar do curto prazo ainda desafiador, a Companhia segue confiante em sua estratégia para recuperação das vendas através do novo modelo de gestão e proposta de valor diferenciada, com

ações que englobam a racionalização da base de clientes, estreitando o relacionamento com clientes de maior relevância, além de ampliar o rol de iniciativas para melhor ativação da marca no ponto de vendas e ganho de "share-of-wallet".

As vendas do "e-commerce" totalizaram R\$ 70,0 milhões, alta de 43,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho está relacionado, principalmente, à consistência dos investimentos em marketing que contribuem para o aumento de fluxo nas plataformas e melhor dinâmica promocional. Como forma de melhorar a experiência de compra e usabilidade das páginas, a Companhia deu continuidade às evoluções das ferramentas de busca, além de avanços na tecnologia para interação com os consumidores através do uso de Inteligência Artificial. Adicionalmente, destaca-se no 4T19 o lançamento do novo site das marcas Hering e Hering Kids, permitindo uma jornada integrada do consumidor, melhor experiência de compras nas plataformas digitais, entre outros avanços. A participação do canal aumentou 1,1 p.p., atingindo 3,9% do faturamento total da Companhia.

A marca **Hering**, apresentou alta nas vendas de 2,2%, totalizando R\$ 1,3 bilhão. **Hering Kids**, com foco em crianças de todas as classes sociais, com roupas casuais e boa relação custo benefício, apresentou alta de 3,0%, para R\$ 237,2 milhões. **PUC**, moda diferenciada, colorida e alegre para crianças de classes A e B, apresentou baixa de 16,6% contabilizando R\$ 87,9 milhões. A **DZARM**, com foco em mulheres urbanas de classes A e B, que buscam expressar seu poder e autoconfiança, apresentou crescimento de 3,7%, com sua rede de lojas estável e inovações no relacionamento com suas consumidoras.

Mercado Externo

A participação das exportações na receita bruta de vendas foi de 2,3% em 2019, comparada com 2,7% em 2018. A receita bruta de vendas ao mercado externo diminuiu em 15,1%, ou R\$ 7,5 milhões, passando de R\$ 49,6 milhões em 2018 para R\$ 42,1 milhões em 2019. O mercado externo apresentou retração de 15,1% em virtude do declínio das vendas no Uruguai e tímida recuperação no Paraguai. Destacam-se nesses mercados aumento da competitividade local e redução do fluxo nos shoppings. O mercado externo representa 2,3% do faturamento da Companhia.

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das nossas marcas para alguns países da América do Sul.

Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos diminuiu 1,5%, ou R\$ 13 milhões, passando de R\$ 883,6 milhões em 2018, para R\$ 870,5 milhões em 2019.

O lucro bruto aumentou 3,5%, ou R\$ 22,6 milhões, passando de R\$ 655,9 milhões em 2018 para R\$ 678,6 milhões em 2019. A margem bruta aumentou 1,2 p.p., atingindo 43,8%, impactado pelo aumento nas vendas e na redução dos custos.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 9,7%, ou R\$ 44,4 milhões, passando de R\$ 458 milhões em 2018 para R\$ 502,4 milhões em 2019, devido aos fatores abaixo explicados:

Despesas com Vendas

Aumento das despesas com vendas em 1,7%, ou R\$ 5,9 milhões, passando de R\$ 353,6 milhões em 2018 para R\$ 359,6 milhões em 2019, impactadas notadamente pelos maiores investimentos em marketing e despesas com lojas principalmente em razão do maior atingimento de prêmios.

Despesas Gerais e Administrativas

Aumento das despesas gerais e administrativas em 5,6%, ou R\$ 2,7 milhões, passando de R\$ 49,2 milhões em 2018 para R\$ 51,9 milhões em 2019.

Remuneração de Administradores

Aumento das despesas com remuneração de administradores em 2,7%, ou R\$ 0,3 milhão, de R\$ 8,9 milhões em 2018 para R\$ 9,2 milhões em 2019.

Depreciação e Amortização

Aumento da depreciação e amortização em 79,5%, ou R\$ 24,0 milhões, passando de R\$ 30,2 milhões em 2018 para R\$ 54,2 milhões em 2019. Essa variação deve-se a adoção do IFRS 16/CPC 06 R(2), cuja a descrição e impactos estão divulgados no item 10.4b.

Participação nos resultados

Em 31 de dezembro de 2019, não foram provisionados bônus relacionados ao plano de participação nos resultados em função do resultado da Companhia não ter sido suficiente para o atingimento das metas estabelecidas no programa de PPR.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Aumento no grupo de outras (despesas) e receitas operacionais líquidas, em 127,1% ou R\$ 8,5 milhões, passando de R\$ 6,7 milhões em 2018 para R\$ 15,3 milhões em 2019, devido principalmente as despesas não recorrentes relativas às indenizações por reestruturação organizacional e encerramento de plantas fabris no valor de R\$ 20,0 milhões (versus R\$ 12,4 milhões em 2018), que foram mais que compensadas por créditos fiscais de R\$ 31,0 milhões (versus R\$ 29,4 milhões em 2018).

Resultado Financeiro

A Cia. Hering obteve um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 32,7 milhões em 2019, comparado a R\$ 37,2 milhões em 2018, queda de R\$ 4,5 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos em 2019 apresentou aumento de R\$ 1,4 milhões, passando de R\$ 4,4 milhões em 2018 para R\$ 5,8 milhões em 2019.

Lucro Líquido

Foi registrado uma diminuição do lucro líquido de 10,4%, ou R\$ 24,8 milhões, passando de R\$ 239,5 milhões em 2018 para R\$ 214,7 milhões em 2019, explicado pela piora do resultado operacional. Excluindo o impacto do IFRS16, o lucro do ano totalizaria R\$ 216,4 milhões, declínio de 9,6%, e atingimento de 14,0% de margem líquida com queda de 1,6 p.p..

EBITDA

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2019	2018	Varição 2019 - 2018	%
Lucro líquido do exercício	214.702	239.514	(24.812)	-10,4%
(+) IR, CS e Participações	(5.775)	(4.351)	(1.424)	32,7%
(-) Receita Financeira Líquida	(32.694)	(37.204)	4.510	-12,1%
(+) Depreciações e Amortizações	88.424	61.598	26.826	43,6%
(=) EBITDA	264.657	259.557	5.100	2,0%
Margem EBITDA	17,1%	16,9%	0,2 p.p	

O lucro operacional antes de juros, depreciação, amortização e impostos ('EBITDA') alcançou R\$ 264,6 milhões, aumento de 2,0% em 2019, enquanto que a margem EBITDA atingiu 17,1%, ganho de 0,2 p.p. Esta alta refere-se ao crescimento de vendas combinado com expansão da margem bruta, conforme citado anteriormente. Excluindo o impacto do IFRS16, o EBITDA totalizaria R\$ 236,5 milhões, queda de 8,9% e atingimento de 15,3% de margem EBITDA com queda de 1,6 p.p..

Demonstrativo de Resultados – DRE 2018 x 2017

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A receita líquida de vendas recuou 1,5% ou R\$ 22,7 milhões, passando de R\$ 1.562,3 milhões em 2017 para R\$ 1.539,6 milhões em 2018.

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018	AV %	2017	AV %	Varição 2018 - 2017	%
Receita operacional líquida	1.539.568	100,0%	1.562.321	100,0%	(22.753)	-1,5%
Custo dos produtos vendidos	(883.580)	-57,4%	(872.273)	-55,8%	(11.307)	1,3%
Lucro bruto	655.988	42,6%	690.048	44,2%	(34.060)	-4,9%
Receitas (despesas) operacionais	(458.029)	-29,8%	(490.300)	-31,4%	32.271	-6,6%
Vendas	(353.649)	-23,0%	(338.064)	-21,6%	(15.585)	4,6%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(8.524)	-0,6%	(12.361)	-0,8%	3.837	-31,0%
Administrativas e gerais	(49.211)	-3,2%	(51.174)	-3,3%	1.963	-3,8%
Honorários da administração	(8.951)	-0,6%	(9.338)	-0,6%	387	-4,1%
Depreciação e amortização	(30.187)	-2,0%	(32.684)	-2,1%	2.497	-7,6%
Participação nos resultados	(783)	-0,1%	(25.168)	-1,6%	24.385	-96,9%
Outras despesas e receitas operacionais líquidas	(6.724)	-0,4%	(21.511)	-1,4%	14.787	-68,7%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	197.959	12,9%	199.748	12,8%	(1.789)	-0,9%
Receitas financeiras	69.329	4,5%	107.793	6,9%	(38.464)	-35,7%
Despesas financeiras	(32.125)	-2,1%	(28.684)	-1,8%	(3.441)	12,0%
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	235.163	15,3%	278.857	17,8%	(43.694)	-15,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.241	0,1%	(19.090)	-1,2%	20.331	106,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.110	0,2%	4.014	0,3%	(904)	-22,5%
Lucro líquido do exercício	239.514	15,6%	263.781	16,9%	(24.267)	-9,2%
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia	239.514	15,6%	263.781	16,9%	(24.267)	-9,2%

O ano de 2018 apresentou-se bastante desafiador, um cenário de tímida recuperação econômica e eventos extraordinários - tais como, greve dos caminhoneiros, Copa do Mundo e temperaturas desfavoráveis ao calendário de coleções. A Companhia promoveu importantes avanços na gestão, nas marcas e na execução no ponto de venda, sempre colocando o consumidor final no centro da estratégia. Adicionalmente, a Companhia promoveu a retomada gradual do SSS na rede Hering Store e manteve a operação equilibrada financeiramente.

No ano de 2018, a receita líquida recuou 1,5%, impactada majoritariamente por eventos extraordinários ao longo do 2º trimestre do ano. A margem bruta retraiu 1,6 p.p., atingindo 42,6%. O resultado foi impactado pela queda de venda, além da menor produtividade fabril em razão do declínio do volume de produção. O Lucro antes dos juros, depreciação, amortização e impostos ("EBITDA"), foi de R\$ 259,6 milhões, 0,5% inferior a 2017 e o lucro líquido alcançou R\$ 239,5 milhões, baixa de 9,2%. Finalizamos o ano sem endividamento e caixa líquido de R\$ 320,5 milhões, alinhado à nossa política conservadora de gestão financeira. Nossos investimentos no ano totalizaram R\$ 49,6 milhões e concentraram-se principalmente à indústria e tecnologia da informação. A geração de caixa foi de R\$ 298,8 milhões, R\$ 158,6 milhões superior ao mesmo período do ano anterior, influenciada pela menor necessidade de capital de giro, em função do alongamento de prazo com fornecedores, além da redução dos níveis dos estoques.

Receita de Vendas por marca e canal

A receita bruta de vendas recuou 1,9% conforme abaixo explicado:

Receitas por marca (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018	AV %	2017	AV %	Varição 2018 - 2017	%
Hering	1.319.306	73,0%	1.321.317	71,7%	-2.011	-0,2%
Hering Kids	230.231	12,7%	243.537	13,2%	-13.306	-5,5%
PUC	105.437	5,8%	120.065	6,5%	-14.628	-12,2%
DZARM.	73.241	4,1%	71.495	3,9%	1.746	2,4%
Outras	28.968	1,6%	34.953	1,9%	-5.985	-17,1%
Receita bruta mercado interno	1.757.183	97,2%	1.791.367	97,3%	-34.184	-1,9%
Receita bruta mercado externo	49.631	2,8%	50.275	2,7%	-644	-1,3%
Receita bruta total	1.806.814	100,0%	1.841.642	100%	-34.828	-1,9%

Receitas por canal (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018	AV %	2017	AV %	Varição 2018 - 2017	%
Multimarca	736.794	40,8%	781.216	42,4%	-44.422	-5,7%
Franquias	619.514	34,3%	632.470	34,3%	-12.956	-2,0%
Lojas Próprias	344.580	19,1%	320.434	17,4%	24.146	7,5%
Webstore	48.950	2,7%	44.801	2,4%	4.149	9,3%
Outras	7.345	0,4%	12.446	0,7%	-5.101	-41,0%
Receita bruta mercado interno	1.757.183	97,2%	1.791.367	97,3%	-34.184	-1,9%
Receita bruta mercado externo	49.631	2,8%	50.275	2,7%	-644	-1,3%
Receita bruta total	1.806.814	100%	1.841.642	100%	-34.828	-1,9%

A receita bruta foi R\$ 34,8 milhões menor em 2018, passando de R\$ 1.841,6 milhões em 2017 para R\$ 1.806,8 milhões em 2018.

A diminuição das vendas deu-se majoritariamente, por eventos extraordinários ao longo do 2º trimestre do ano, tais como (i) greve de caminhoneiros, que impactou o abastecimento dos canais multimarcas e franquias; (ii) redução de fluxo nas lojas em dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo; (iii) além de temperaturas mais altas no inverno, prejudicando as vendas das coleções frias.

Mercado Interno

As vendas brutas da companhia totalizaram R\$ 1,7 bilhão em 2018, diminuição de 1,9% em comparação a igual período de 2017, impactadas por eventos extraordinários ao longo do 2º trimestre do ano.

O canal multimarcas apresentou baixa de 5,7%, notadamente em razão do menor pedido médio e declínio de número de clientes. Vendas às franquias recuaram 2,0%, apesar do desempenho positivo das vendas aos consumidores finais (*sell-out*). Já as lojas operadas pela companhia apresentaram crescimento de 7,5%, impulsionado pela retomada no número de atendimentos e maior produtividade das vendas. As webstores apresentou crescimento de 9,3%, impulsionado pelo aumento de fluxo nas plataformas e fortalecimento dos investimentos de marketing.

A marca **Hering**, apresentou baixa nas vendas de 0,2%, totalizando R\$ 1,3 bilhão. **Hering Kids**, com foco em crianças de todas as classes sociais, com roupas casuais e boa relação custo benefício, apresentou baixa de 5,5%, para R\$ 230,2 milhões. **PUC**, moda diferenciada, colorida e alegre para crianças de classes A e B, apresentou baixa de 12,2% contabilizando R\$ 105,4 milhões.

A **DZARM.**, com foco em mulheres urbanas de classes A e B, que buscam expressar seu poder e autoconfiança, apresentou crescimento de 2,4%, com sua rede de lojas estável e inovações no relacionamento com suas consumidoras.

Mercado Externo

A participação das exportações na receita bruta de vendas foi de 2,8% em 2018, comparada com 2,7% em 2017. A receita bruta de vendas ao mercado externo diminuiu em 1,3%, ou R\$ 0,6 milhões, passando de R\$ 50,3 milhões em 2017 para R\$ 49,6 milhões em 2018, principalmente em função do deslocamento de faturamento entre trimestres.

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das nossas marcas para alguns países da América do Sul. A Empresa encerrou 2018 com 20 franquias no exterior.

Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos aumentou 1,3%, ou R\$ 11,3 milhões, passando de R\$ 872,3 milhões em 2017, para R\$ 883,6 milhões em 2018.

O lucro bruto diminuiu 4,9%, ou R\$ 34,0 milhões, passando de R\$ 690,0 milhões em 2017 para R\$ 656,0 milhões em 2018. A margem bruta retraiu 1,6 p.p, atingindo 42,6%, impactado pela queda de venda, além da menor produtividade fabril em razão do declínio do volume de produção.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais diminuíram 6,6%, ou R\$ 32,3 milhões, passando de R\$ 490,3 milhões em 2017 para R\$ 458,0 milhões em 2018, devido aos fatores abaixo explicados:

Despesas com Vendas

Aumento das despesas com vendas em 4,6%, ou R\$ 15,5 milhões, passando de R\$ 338,0 milhões em 2017 para R\$ 353,6 milhões em 2018, cujas principais linhas foram fretes e propaganda e publicidade. Despesas Gerais e Administrativas

Diminuição das despesas gerais e administrativas em 3,8%, ou R\$ 2,0 milhões, passando de R\$ 51,2 milhões em 2017 para R\$ 49,2 milhões em 2018.

Remuneração de Administradores

Diminuição das despesas com remuneração de administradores em 4,1%, ou R\$ 0,4 milhão, de R\$ 9,3 milhões em 2017 para R\$ 9,0 milhões em 2018.

Depreciação e Amortização

Diminuição da depreciação e amortização em 7,6%, ou R\$ 2,5 milhões, passando de R\$ 32,7 milhões em 2017 para R\$ 30,2 milhões em 2018.

Participação no resultados

Em 31 de dezembro de 2018, não foram provisionados bônus relacionados ao plano de participação nos resultados função do resultado da Companhia não ter sido suficiente para o atingimento das metas estabelecidas no programa de PPR.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Queda no grupo de outras (despesas) e receitas operacionais líquidas, em 68,7% ou R\$ 14,8 milhões, passando de R\$ 21,5 milhões em 2017 para R\$ 6,7 milhões em 2018, devido principalmente ao reconhecimento de créditos tributários de PIS/Cofins em 2018 superior à 2017.

Resultado Financeiro

A Cia. Hering obteve um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 37,2 milhões em 2018, comparado a R\$ 79,1 milhões em 2017, queda de R\$ 41,9 milhões, devido ao reconhecimento de receita financeira de R\$ 22,7 milhões no 3º Trimestre de 2017, proveniente de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório à Eletrobrás nas décadas de 80 e 90, além da queda da taxa Selic.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos em 2018 apresentou redução de R\$ 19,4 milhões, passando de R\$ (15,1) milhões em 2017 para R\$ 4,4 milhões em 2018. O principal fator que resultou nessa redução da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social foi o reconhecimento em 2018 da exclusão na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL das despesas de remunerações com pagamento baseado em ações (Stock Options) incorridas nos exercícios de 2015 a 2017 no montante de R\$ 12.844 decorrentes dos Programas de Opção de Compra de Ações (Stock Options) da Companhia. Essas exclusões referem-se ao valor justo das opções de ações que

completaram seu período de carência (vesting) nestes exercícios, uma vez que, essas despesas tornam-se dedutíveis no momento da transferência definitiva das opções aos beneficiários. Refere-se também ao valor do crédito realizado no resultado correspondente à reversão do saldo da provisão contábil do passivo “Plano de Benefícios”, no valor de R\$ 13.523, ano-calendário 2016. Esta provisão havia sido constituída em anos-calendário anteriores à 2016, sem ter sido deduzida na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, e, quando da sua reversão, ocorrida em 2016, foi equivocadamente tributada por estas exações. Após as retificações das Escriturações Contábeis Fiscais (ECFs) dos referidos períodos, foram identificados uma base a maior na apuração do lucro real e da CSLL no montante de R\$ 3.600.

Lucro Líquido

Foi registrado uma diminuição do lucro líquido de 9,2%, ou R\$ 24,3 milhões, passando de R\$ 263,8 milhões em 2017 para R\$ 239,6 milhões em 2018, devido principalmente pela retração das vendas e da queda de R\$ 41,9 milhões do resultado financeiro, devido ao reconhecimento de receita financeira de R\$ 22,7 milhões no 3º Trimestre de 2017.

EBITDA

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2018	2017	Varição 2018 - 2017	%
Lucro líquido do exercício	239.514	263.781	(24.267)	-9,2%
(+) IR, CS e Participações	(4.351)	15.076	(19.427)	N.D.
(-) Receita Financeira Líquida	(37.204)	(79.109)	41.905	-53,0%
(+) Depreciações e Amortizações	61.598	61.189	409	0,7%
(=) EBITDA	259.557	260.937	(1.380)	-0,5%
Margem EBITDA	16,9%	16,7%	0,2 p.p	

O lucro operacional antes de juros, depreciação, amortização e impostos ('EBITDA') alcançou R\$ 259,6 milhões, baixa de 0,5% em 2018, enquanto que a margem EBITDA atingiu 16,9%, ganho de 0,2 p.p. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Queda de 6,6% nas despesas operacionais;
- Queda de 1,6% na Margem bruta de 44,2% em 2017 para 42,6% em 2018, em razão da queda de venda, além da menor produtividade fabril em razão do declínio do volume de produção.

Demonstrativo de Resultados – DRE 2017 x 2016

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A receita líquida de vendas avançou 5,9% ou R\$ 87,2 milhões, passando de R\$ 1.475,1 milhões em 2016 para R\$ 1.562,3 milhões em 2017.

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	AV %	2016	AV %	Variação 2017 - 2016	%
Receita operacional líquida	1.562.321	100,0%	1.475.137	100,0%	87.184	5,9%
Custo dos produtos vendidos	(872.273)	-55,8%	(893.111)	-60,5%	20.838	-2,3%
Lucro bruto	690.048	44,2%	582.026	39,5%	108.022	18,6%
Receitas (despesas) operacionais	(490.300)	-31,4%	(431.104)	-29,2%	(59.196)	13,7%
Vendas	(350.425)	-22,4%	(325.344)	-22,1%	(25.081)	7,7%
Administrativas e gerais	(51.174)	-3,3%	(44.601)	-3,0%	(6.573)	14,7%
Honorários da administração	(9.338)	-0,6%	(9.084)	-0,6%	(254)	2,8%
Depreciação e amortização	(32.684)	-2,1%	(28.567)	-1,9%	(4.117)	14,4%
Participação nos resultados	(25.168)	-1,6%	-	0,0%	(25.168)	-100,0%
Outras despesas e receitas operacionais líquidas	(21.511)	-1,4%	(23.508)	-1,6%	1.997	-8,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	199.748	12,8%	150.922	10,2%	48.826	32,4%
Receitas financeiras	107.793	6,9%	90.967	6,2%	16.826	18,5%
Despesas financeiras	(28.684)	-1,8%	(44.289)	-3,0%	15.605	-35,2%
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	278.857	17,8%	197.600	13,4%	81.257	41,1%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(19.090)	-1,2%	1.766	0,1%	(20.856)	-1181,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.014	0,3%	51	0,0%	3.963	7770,6%
Lucro líquido do exercício	263.781	16,9%	199.417	13,5%	64.364	32,3%
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia	263.781	16,9%	199.417	13,5%	64.364	32,3%

O ano de 2017 apresentou melhoria de indicadores econômicos, como inflação e juros, favorecendo a recuperação gradual do ambiente de consumo, ainda que de forma tímida. Nesse contexto, os resultados da Companhia foram influenciados pelo bom desempenho de lojas próprias e *webstores*, e pela recuperação de vendas do canal multimarcas, a despeito da volatilidade de vendas ao longo dos trimestres. A estratégia baseada na combinação das frentes de Produto e Loja avançou ao longo do ano, com consistência na entrega de coleções e melhora da execução do ponto de venda.

No ano de 2017, nossos resultados permaneceram sólidos. A receita líquida avançou 5,9%, favorecida pelo desempenho de lojas próprias, *webstores* e multimarcas. A margem bruta expandiu 4,7 p.p., atingindo 44,2%, pela melhor gestão de estoques e promoções, além dos ganhos de escala em nosso processo fabril. O Lucro antes dos juros, depreciação, amortização e impostos ("EBITDA"), foi de R\$ 260,9 milhões, 25,7% superior a 2016 e o lucro líquido alcançou R\$ 263,8 milhões, alta de 32,3%. Finalizamos o ano com baixo endividamento e caixa líquido de R\$ 121,5 milhões, alinhado à nossa política conservadora de gestão financeira. Nossos investimentos no ano totalizaram R\$ 58,8 milhões e concentraram-se principalmente à indústria e tecnologia da informação. A geração de caixa foi de R\$ 140,2 milhões, R\$ 69,1 milhões inferior à 2016, em função da maior necessidade de capital de giro em função da retomada das vendas.

Receita de Vendas por marca e canal

A receita bruta de vendas avançou 5,3% conforme abaixo explicado:

Receitas por marca	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	2017	AV %	2016	AV %	Varição 2017 - 2016
Hering	1.321.317	71,7%	1.270.664	72,7%	50.653	4,0%
Hering Kids	243.537	13,2%	218.233	12,5%	25.304	11,6%
PUC	120.065	6,5%	118.663	6,8%	1.402	1,2%
DZARM.	71.495	3,9%	64.603	3,7%	6.892	10,7%
Outras	34.953	1,9%	34.161	2,0%	792	2,3%
Receita bruta mercado interno	1.791.367	97,3%	1.706.324	97,6%	85.043	5,0%
Receita bruta mercado externo	50.275	2,7%	42.108	2,4%	8.167	19,4%
Receita bruta total	1.841.642	100,0%	1.748.432	100%	93.210	5,3%

Receitas por canal	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	2017	AV %	2016	AV %	Varição 2017 - 2016
Multimarcas	760.191	41,3%	722.669	41,3%	37.522	5,2%
Franquias	632.470	34,3%	646.043	36,9%	-13.573	-2,1%
Lojas Próprias	318.952	17,3%	265.424	15,2%	53.528	20,2%
Webstore	44.801	2,4%	38.027	2,2%	6.774	17,8%
Outras	34.953	2,0%	34.161	2,0%	792	2,3%
Receita bruta mercado interno	1.791.367	97,3%	1.706.324	97,6%	85.043	5,0%
Receita bruta mercado externo	50.275	2,7%	42.108	2,4%	8.167	19,4%
Receita bruta total	1.841.642	100%	1.748.432	100%	93.210	5,3%

A receita bruta foi R\$ 93,2 milhões maior em 2017, passando de R\$ 1.748,4 milhões em 2016 para R\$ 1.841,6 milhões em 2017.

O aumento de vendas deu-se majoritariamente, pelo crescimento acelerado nas lojas próprias e *webstores* e recuperação das vendas do canal multimarcas. Todas as marcas da Companhia apresentaram crescimento em 2017, reflexo de esforços para melhoria da oferta de produto, com maior consistência na entrega de coleções a partir da coleção Inverno e melhor experiência de loja. Adicionalmente, destaca-se a maior aceitação e penetração de produtos da Companhia em diversos mercados da América do Sul e Central, favorecendo o crescimento das vendas no mercado externo (+19,4%).

Mercado Interno

As vendas brutas da companhia totalizaram R\$ 1,8 bilhão em 2017, aumento de 5,0% em comparação a igual período de 2016, favorecidas pelo crescimento acelerado nas lojas próprias e *webstores* e recuperação das vendas do canal multimarcas.

O canal multimarcas apresentou alta de 5,2%, impulsionadas pela maior compra média por cliente. Vendas às franquias recuaram 2,1%, influenciadas, principalmente, pela redução de 36 lojas nos últimos 12 meses. Já as lojas operadas pela companhia registraram alta de 20,2%, principalmente em razão da (i) adição líquida de 5 lojas no ano, (ii) crescimento das vendas base mesmas lojas* e dos *outlets*, associado a melhores práticas em gestão de lojas, com avanços em Visual Merchandising e estratégia de abastecimento. As *webstores* mantiveram trajetória de crescimento de dois dígitos (+17,8%), influenciadas majoritariamente por maior tráfego, evoluções na experiência de navegação do consumidor, com os novos layouts de Hering e DZARM., consolidação do *outlet* online (Espaço

Hering) e mais recentemente ao início da integração das vendas online com as lojas físicas da rede, à qual será aprimorada em 2018.

A marca **Hering**, caracterizada por ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, com posicionamento democrático e boa relação custo x benefício, apresentou alta nas vendas de 4,0%, totalizando R\$ 1,3 bilhão. A marca apresentou melhorias consistentes em produto e proposta de valor (Value for Money), destacando-se o lançamento dos novos básicos, com boa aceitação dos canais e consumidores, com crescimento superior às demais categorias, e o bom desempenho de artigos masculinos.

Nas marcas infantis, a Companhia seguiu aperfeiçoando sua estratégia combinada ao atuar com duas marcas complementares. **Hering Kids**, com foco em crianças de todas as classes sociais, com roupas casuais e boa relação custo benefício, apresentou alta de 11,6%, para R\$ 243,5 milhões, com desempenho positivo em todos os canais, sustentado por boa oferta de produto, experiência de loja e expansão da rede em 3 lojas no ano. **PUC**, moda diferenciada, colorida e alegre para crianças de classes A e B, apresentou no ano parcerias de *co-branding* com estilistas e marcas estrangeiras de renome, e suas vendas cresceram 1,2% contabilizando R\$ 120,1 milhões, após ajustes em sua rede de distribuição e fechamento líquido de 7 lojas nos últimos 12 meses.

A **DZARM.**, com foco em mulheres urbanas de classes A e B, que buscam expressar seu poder e autoconfiança, apresentou crescimento de 10,7%, com sua rede de lojas estável e inovações no relacionamento com suas consumidoras.

Mercado Externo

A participação das exportações na receita bruta de vendas foi de 2,7% em 2017, comparada com 2,4% em 2016. A receita bruta de vendas ao mercado externo aumentou em 19,4%, ou R\$ 8,2 milhões, passando de R\$ 42,1 milhões em 2016 para R\$ 50,3 milhões em 2017.

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das nossas marcas para alguns países da América do Sul. A Empresa encerrou 2017 com 20 franquias no exterior.

Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos reduziu 2,3%, ou R\$ 20,8 milhões, passando de R\$ 893,1 milhões em 2016, para R\$ 872,3 milhões em 2017, devido principalmente ao menor volume de peças vendidas de coleções anteriores, à melhoria da qualidade dos estoques da Cia. e controle de custos.

O lucro bruto aumentou 18,6%, ou R\$ 108,0 milhões, passando de R\$ 582,0 milhões em 2016 para R\$ 690,0 milhões em 2017. A margem bruta expandiu 4,7%, atingindo 44,2%, pela melhor gestão de estoques e promoções, exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, além dos ganhos de escala em nosso processo fabril.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 13,7%, ou R\$ 59,2 milhões, passando de R\$ 431,1 milhões em 2016 para R\$ 490,3 milhões em 2017, devido aos fatores abaixo explicados:

Despesas com Vendas

Aumento das despesas com vendas em 7,7%, ou R\$ 25,1 milhões, passando de R\$ 325,3 milhões em 2016 para R\$ 350,4 milhões em 2017, em razão de (i) aumento das despesas com lojas principalmente pela adição líquida de 5 lojas próprias; (ii) maiores despesas com propaganda e marketing, notadamente na marca Hering com o lançamento da campanha 'Basicamente Isso'.

Despesas Gerais e Administrativas

Aumento das despesas gerais e administrativas em 14,7%, ou R\$ 6,6 milhões, passando de R\$ 44,6 milhões em 2016 para R\$ 51,2 milhões em 2017. Essa variação é essencialmente em razão de execução de projetos estratégicos e relacionados à tecnologia.

Remuneração de Administradores

Aumento das despesas com remuneração de administradores em 2,8%, ou R\$ 0,2 milhão, de R\$ 9,1 milhões em 2016 para R\$ 9,3 milhões em 2017, devido principalmente a reajuste salarial.

Depreciação e Amortização

Aumento da depreciação e amortização em 14,4%, ou R\$ 4,1 milhões, passando de R\$ 28,6 milhões em 2016 para R\$ 32,7 milhões em 2017. Esse aumento origina-se principalmente do início da depreciação dos investimentos realizados nos últimos anos (R\$ 58,8 milhões em 2017, R\$ 51,3 milhões em 2016, e R\$ 96,9 milhões em 2015).

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Queda no grupo de outras (despesas) e receitas operacionais líquidas, em 8,5% ou R\$ 2 milhões, passando de R\$ 23,5 milhões em 2016 para R\$ 21,5 milhões em 2017; ocorreu essencialmente devido ao reconhecimento de ganho de R\$ 8,1 milhões proveniente de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório efetuado à Eletrobrás nas décadas de 80 e 90.

Resultado Financeiro

A Cia. Hering obteve um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 79,1 milhões em 2017, comparado a R\$ 46,7 milhões em 2016. O aumento do resultado financeiro em R\$ 32,4 milhões deu-se principalmente pela receita financeira de R\$ 22,7 milhões de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório efetuado à Eletrobrás nas décadas de 80 e 90.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos em 2017 apresentou aumento de R\$ 16,9 milhões, passando de R\$ 1,8 milhões em 2016 para R\$ (15,1) milhões em 2017, sendo o fator mais significativo a elevação da taxa efetiva de IR&CS quando comparada à de 2016, para 5,4%, decorrente do maior lucro operacional (antes dos tributos sobre o lucro) em 2017.

Lucro Líquido

Foi registrado um aumento do lucro líquido de 32,3%, ou R\$ 64,4 milhões, passando de R\$ 199,4 milhões em 2016 para R\$ 263,8 milhões em 2017. Os principais fatores que impactaram o aumento do lucro líquido foram: (i) crescimento do resultado operacional, conforme detalhado no item Lucro Bruto e Margem Bruta, (ii) aumento da receita financeira líquida em 69,5%.

EBITDA

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2017	2016	Varição 2017 - 2016	%
Lucro líquido do exercício	263.781	199.417	64.364	32,3%
(+) IR, CS e Participações	15.076	(1.817)	16.893	N.D.
(-) Receita Financeira Líquida	(79.109)	(46.678)	(32.431)	69,5%
(+) Depreciações e Amortizações	61.189	56.647	4.542	8,0%
(=) EBITDA	260.937	207.569	53.368	25,7%
Margem EBITDA	16,7%	14,1%	-2,6 p.p.	

O lucro operacional antes de juros, depreciação, amortização e impostos ('EBITDA') alcançou R\$ 260,9 milhões, alta de 25,7% em 2017, enquanto que a margem EBITDA atingiu 16,7%, ganho de 2,6 p.p. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Aumento de 5,3% nas vendas brutas;
- Ganho de 4,7% na Margem bruta de 39,5% em 2016 para 44,2% em 2017, em razão de: (i) menor volume de peças vendidas de coleções anteriores, resultado da melhoria da qualidade dos estoques da Companhia ao longo do ano; (ii) controle de custos e alavancagem operacional; e (iii) pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, após decisão do STF, a qual gerou economias da ordem de R\$ 15,4 milhões no ano.

Em 31 de dezembro de 2017, foram provisionados bônus relacionados ao plano de participação nos resultados no montante de R\$ 25.168, cujo pagamento está previsto para ocorrer durante mês de março de 2018.

Balanco Patrimonial 2017 x 2018 x 2019

Análise das principais variações nas contas dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

Balanco Patrimonial Consolidado IFRS - Ativo	2016	2017	AV %	Variação 2016 - 2017	%	2018	AV %	Variação 2017 - 2018	%	2019	AV %	Variação 2018 - 2019	%
(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)													
ATIVO CIRCULANTE													
Caixa e equivalentes de caixa	204.755	148.821	9,7%	(55.934)	-27,3%	320.540	18,8%	171.719	115,4%	364.824	20,1%	44.284	13,8%
Contas a receber de clientes	449.173	455.326	29,6%	6.153	1,4%	459.074	26,9%	3.748	0,8%	441.508	24,4%	(17.566)	-3,8%
Estoques	308.086	349.535	22,7%	41.449	13,5%	320.142	18,8%	(29.393)	-8,4%	322.824	17,8%	2.682	0,8%
Impostos a recuperar	25.358	51.604	3,4%	26.246	103,5%	77.134	4,5%	25.530	49,5%	63.239	3,5%	(13.895)	-18,0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	545	0,0%	545	100,0%	-	0,0%	(545)	-100,0%	1.419	0,1%	1.419	100,0%
Outras contas a receber	18.926	12.739	0,8%	(6.187)	-32,7%	10.767	0,6%	(1.972)	-15,5%	17.348	1,0%	6.581	61,1%
Bens destinados à venda	6.858	-	0,0%	(6.858)	-100,0%	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D
Despesas antecipadas	1.678	1.120	0,1%	(558)	-33,3%	1.665	0,1%	545	48,7%	2.453	0,1%	788	47,3%
Total do circulante	1.014.834	1.019.690	66,3%	4.856	0,5%	1.189.322	69,8%	169.632	16,6%	1.213.615	67,0%	24.293	2,0%
NÃO CIRCULANTE													
Realizável em longo prazo													
Aplicações financeiras	4.824	5.237	0,3%	413	8,6%	4.830	0,3%	(407)	-7,8%	5.064	0,3%	234	4,8%
Impostos a recuperar	24.631	10.485	0,7%	(14.146)	-57,4%	16.271	1,0%	5.786	55,2%	27.399	1,5%	11.128	68,4%
Contas a receber	4.078	7.399	0,5%	3.321	81,4%	8.782	0,5%	1.383	18,7%	10.876	0,6%	2.094	23,8%
Impostos diferidos	42.680	46.249	3,0%	3.569	8,4%	49.977	2,9%	3.728	8,1%	59.041	3,3%	9.064	18,1%
Outras contas a receber	11.296	15.913	1,0%	4.617	40,9%	17.923	1,1%	2.010	12,6%	28.391	1,6%	10.468	58,4%
Empréstimo compulsório	-	2.614	0,2%	2.614	100,0%	-	0,0%	(2.614)	-100,0%	-	0,0%	-	N.D
Total do realizável a longo prazo	87.509	87.897	5,7%	388	0,4%	97.783	5,7%	9.886	11,2%	130.771	7,2%	32.988	33,7%
Investimentos	-	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D
Imobilizado	310.353	315.452	20,5%	5.099	1,6%	305.695	17,9%	(9.757)	-3,1%	298.511	16,5%	(7.184)	-2,4%
Intangível	115.995	115.121	7,5%	(874)	-0,8%	111.329	6,5%	(3.792)	-3,3%	92.973	5,1%	(18.356)	-16,5%
Ativo de direito de uso	-	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D	75.903	4,2%	75.903	100,0%
Total do não circulante	513.857	518.470	33,7%	4.613	0,9%	514.807	30,2%	(3.663)	-0,7%	598.158	33,0%	83.351	16,2%
TOTAL DO ATIVO	1.528.691	1.538.160	100,0%	9.469	0,6%	1.704.129	100,0%	165.969	10,8%	1.811.773	100,0%	107.644	6,3%

Balanco Patrimonial Consolidado IFRS - Ativo	2016	2017	AV %	Variação 2016 - 2017	%	2018	AV %	Variação 2017 - 2018	%	2019	AV %	Variação 2018 - 2019	%
(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)													
ATIVO CIRCULANTE													
Caixa e equivalentes de caixa	204.755	148.821	9,7%	(55.934)	-27,3%	320.540	18,8%	171.719	115,4%	364.824	20,1%	44.284	13,8%
Contas a receber de clientes	449.173	455.326	29,6%	6.153	1,4%	459.074	26,9%	3.748	0,8%	441.508	24,4%	(17.566)	-3,8%
Estoques	308.086	349.535	22,7%	41.449	13,5%	320.142	18,8%	(29.393)	-8,4%	322.824	17,8%	2.682	0,8%
Impostos a recuperar	25.358	51.604	3,4%	26.246	103,5%	77.134	4,5%	25.530	49,5%	63.239	3,5%	(13.895)	-18,0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	545	0,0%	545	100,0%	-	0,0%	(545)	-100,0%	1.419	0,1%	1.419	100,0%
Outras contas a receber	18.926	12.739	0,8%	(6.187)	-32,7%	10.767	0,6%	(1.972)	-15,5%	17.348	1,0%	6.581	61,1%
Bens destinados à venda	6.858	-	0,0%	(6.858)	-100,0%	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D
Despesas antecipadas	1.678	1.120	0,1%	(558)	-33,3%	1.665	0,1%	545	48,7%	2.453	0,1%	788	47,3%
Total do circulante	1.014.834	1.019.690	66,3%	4.856	0,5%	1.189.322	69,8%	169.632	16,6%	1.213.615	67,0%	24.293	2,0%
NÃO CIRCULANTE													
Realizável em longo prazo													
Aplicações financeiras	4.824	5.237	0,3%	413	8,6%	4.830	0,3%	(407)	-7,8%	5.064	0,3%	234	4,8%
Impostos a recuperar	24.631	10.485	0,7%	(14.146)	-57,4%	16.271	1,0%	5.786	55,2%	27.399	1,5%	11.128	68,4%
Contas a receber	4.078	7.399	0,5%	3.321	81,4%	8.782	0,5%	1.383	18,7%	10.876	0,6%	2.094	23,8%
Impostos diferidos	42.680	46.249	3,0%	3.569	8,4%	49.977	2,9%	3.728	8,1%	59.041	3,3%	9.064	18,1%
Outras contas a receber	11.296	15.913	1,0%	4.617	40,9%	17.923	1,1%	2.010	12,6%	28.391	1,6%	10.468	58,4%
Empréstimo compulsório	-	2.614	0,2%	2.614	100,0%	-	0,0%	(2.614)	-100,0%	-	0,0%	-	N.D
Total do realizável a longo prazo	87.509	87.897	5,7%	388	0,4%	97.783	5,7%	9.886	11,2%	130.771	7,2%	32.988	33,7%
Investimentos	-	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D
Imobilizado	310.353	315.452	20,5%	5.099	1,6%	305.695	17,9%	(9.757)	-3,1%	298.511	16,5%	(7.184)	-2,4%
Intangível	115.995	115.121	7,5%	(874)	-0,8%	111.329	6,5%	(3.792)	-3,3%	92.973	5,1%	(18.356)	-16,5%
Ativo de direito de uso	-	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D	75.903	4,2%	75.903	100,0%
Total do não circulante	513.857	518.470	33,7%	4.613	0,9%	514.807	30,2%	(3.663)	-0,7%	598.158	33,0%	83.351	16,2%
TOTAL DO ATIVO	1.528.691	1.538.160	100,0%	9.469	0,6%	1.704.129	100,0%	165.969	10,8%	1.811.773	100,0%	107.644	6,3%

Ativo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante era de R\$ 1.019,7 milhões, apresentando um aumento de 0,5% se comparado a 31 de dezembro de 2016. Essa alteração foi resultado, principalmente: (i) da redução de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 55,9 milhões em função da maior necessidade de capital de giro em função da retomada das vendas, (ii) do aumento de impostos a recuperar em R\$ 26,2 milhões decorrentes em seu maior montante da reclassificação para o circulante de créditos de ICMS decorrente da operação usual da companhia, cuja expectativa de realização é de 12 meses e (iii) aumento de estoques em R\$ 41,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$ 1.189,3 milhões, apresentando um aumento de 16,6% se comparado a 31 de dezembro de 2017. Essa alteração foi resultado, principalmente: (i) do aumento de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 171,7 milhões (ii) do aumento de impostos a recuperar em R\$ 25,5 milhões decorrentes em seu maior montante da compra de créditos de ICMS dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás que serão compensados com débitos de ICMS apurados em períodos futuros, e reconhecimento de INSS a Recuperar decorrente de levantamento de crédito de contribuição previdenciária patronal de períodos anteriores e (iii) redução de estoques em R\$ 29,4 milhões, devido melhor gestão de estoques.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 1.213,6 milhões, apresentando um aumento de 2% se comparado a 31 de dezembro de 2018. Essa alteração foi resultado, principalmente: (i) do aumento de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 44,2 milhões (ii) da diminuição do contas a receber em R\$ 17,5 milhões.

A participação do ativo circulante no ativo total foi de 66,4% em 31 de dezembro de 2016, 66,3% em 31 de dezembro de 2017, 69,8% em 31 de dezembro de 2018 e 66,9% em 31 de dezembro de 2019.

Não Circulante

Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2017, o realizável a longo prazo era de R\$ 87,9 milhões, apresentando um aumento de 0,4% se comparado a 31 de dezembro de 2016. Essa variação deu-se, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) redução de impostos a recuperar em R\$ 14,1 milhões, decorrentes em seu maior montante da reclassificação de créditos de ICMS, como Ativo Circulante (ii) aumento de contas a receber em R\$ 3,3 milhões devido renegociação de clientes em atraso, cujo prazo de vencimento é superior à 12 meses e (iii) aumento no grupo de outras contas a receber em R\$ 4,6 milhões, decorrentes em sua maior parte do aumento de depósitos judiciais trabalhistas e cíveis de R\$ 4,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o realizável a longo prazo era de R\$ 97,8 milhões, apresentando um aumento de 11,2% se comparado a 31 de dezembro de 2017. Essa variação deu-se, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento de impostos a recuperar em R\$ 5,8 milhões, decorrentes em seu maior montante da reclassificação de créditos de ICMS do Ativo Circulante (ii) aumento de impostos diferidos em R\$ 3,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o realizável a longo prazo era de R\$ 130,8 milhões, apresentando um aumento de 33,7% se comparado a 31 de dezembro de 2018. Essa variação deu-se, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento de impostos a recuperar em R\$ 11,1 milhões, decorrentes em seu maior montante da reclassificação de créditos de ICMS do Ativo Circulante (ii) aumento de outras contas a receber em R\$ 10,5 milhões, decorrente da venda das unidades de Ibirama, Encano e Rodeio (SC) e (iii) aumento de impostos diferidos em R\$ 9 milhões devido, principalmente, ao aumento do prejuízo fiscal.

A participação do realizável a longo prazo no ativo total foi de 5,7% em 31 de dezembro de 2016, 5,7% em 31 de dezembro de 2017, 5,7% em 31 de dezembro de 2018 e 7,2% em 31 de dezembro de 2019.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, o imobilizado era de R\$ 315,5 milhões, apresentando um aumento de 1,6% se comparado a 31 de dezembro de 2016. Essa variação se justifica por aquisições de imobilizado no montante de R\$ 40,2 milhões e baixas e depreciações no montante de R\$ 41,9 milhões e aumento por transferência de R\$ 6,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o imobilizado era de R\$ 305,7 milhões, apresentando uma redução de 3,1% se comparado a 31 de dezembro de 2017. Essa variação se justifica por aquisições de imobilizado no montante de R\$ 33,4 milhões e baixas e depreciações no montante de R\$ 43,1 milhões. Os investimentos foram direcionados principalmente as plantas fabris para implementação do Sorter (sistema automatizado de encaixotamento e distribuição) e em tecnologia para evolução de novos sistemas.

Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado era de R\$ 298,5 milhões, apresentando uma redução de 2,4% se comparado a 31 de dezembro de 2018. Essa variação se justifica por aquisições de imobilizado no montante de R\$ 48,6 milhões e baixas e depreciações no montante de R\$ 55,8 milhões. Os investimentos foram direcionados principalmente as plantas fabris.

A participação do imobilizado no ativo total foi de 20,3% em 31 de dezembro de 2016, 20,5% em 31 de dezembro de 2017, 17,9% em 31 de dezembro de 2018 e 16,5% em 31 de dezembro de 2019.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2017, o intangível era de R\$ 115,1 milhões, apresentando uma redução de 0,8% se comparado a 31 de dezembro de 2016. Essa variação se justifica pela aquisição de fundos de comércio (lojas próprias), *software* (adquirido e intangível em andamento) no montante de R\$ 18,6 milhões e baixas e amortizações no montante de R\$ 19,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o intangível era de R\$ 111,3 milhões, apresentando uma redução de 3,3% se comparado a 31 de dezembro de 2017. Essa variação se justifica pela aquisição de fundos de comércio (lojas próprias), *software* (adquirido e intangível em andamento) no montante de R\$ 16,3 milhões e baixas e amortizações no montante de R\$ 20,0 milhões. Os investimentos foram direcionados principalmente em tecnologia para evolução de novos sistemas e suporte ao negócio como o Omnichannel.

Em 31 de dezembro de 2019, o intangível era de R\$ 92,9 milhões, apresentando uma redução de 16,5% se comparado a 31 de dezembro de 2018. Essa variação se justifica principalmente pela reclassificação do saldo de Fundo de Comércio, R\$ 13,6 milhões, para o grupo de Ativos de Direito de Uso.

A participação do ativo intangível no ativo total foi 7,6% em 31 de dezembro de 2016, 7,5% em 31 de dezembro de 2017, 6,5% em 31 de dezembro de 2018 e 5,1% em 31 de dezembro de 2019.

Ativo de direito de uso

Em janeiro de 2019, a Companhia adotou o IFRS 16/ CPC 06 (2), o qual classifica boa parte dos contratos de alugueis como contratos de arrendamento, desta forma a companhia criou um ativo de direito de uso contra um passivo de arrendamento, reconhecidos a valor presente, que de primeiro momento são iguais. Posteriormente o ativo de direito de uso sofre depreciação linear de acordo com o prazo de cada contrato. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de ativo de direito de uso da companhia é de R\$ 75,9 milhões, sendo 12,2 milhões referentes ao fundo de comércio e 63,7 milhões referentes aos contratos classificados como arrendamento.

A participação do ativo de direito de uso no ativo total em 31 de dezembro de 2019 é de 4,2%.

Passivo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R\$ 286,3 milhões, apresentando um aumento de 4,1% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. As principais movimentações relacionadas foram: (i) aumento em R\$ 25,1 milhões em empréstimos, principalmente devido a transferência recebida do passivo não-circulante (ii) redução em fornecedores em R\$ 44,9 milhões, devido diminuição do prazo de pagamento (iii) aumento em outras provisões em R\$ 28,1, principalmente devido a provisão do bônus relacionado ao plano de participação nos resultados de R\$ 25,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$ 364,9 milhões, apresentando um aumento de 27,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. As principais movimentações relacionadas foram: (i) aumento em R\$ 80,7 milhões em fornecedores devido aumento de prazo negociado com os fornecedores, (ii) aumento em dividendos e juros de capital próprio em R\$ 40,0 milhões provisionado em dezembro para pagamento em janeiro de 2019, (iii) diminuição em Empréstimos em R\$ 27,3 milhões pela liquidação, (iv) diminuição em outras provisões

em R\$ 20,7 milhões, cujo principal montante foi de provisão para participação nos resultados de 2017 pagos em março de 2018 e (v) aumento em outras contas a pagar em R\$ 8,9 milhões, referente principalmente valor a pagar de compra de crédito de ICMS ainda não compensado.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$ 325,2 milhões, apresentando uma redução de 10,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. As principais movimentações relacionadas foram: (i) redução em R\$ 20,9 milhões em fornecedores devido, principalmente, a redução do prazo de pagamento em seis dias, sendo 68 dias em 2019 e 74 dias em 2018, (ii) redução em dividendos e juros de capital próprio em R\$ 40,0 milhões devido ao pagamento de saldo provisionado em 2018, (iii) reconhecimento de passivo de arrendamento no valor de R\$ 26,7 milhões referente a adoção em janeiro de 2019 do IFRS 16/CPC 06 (2).

A participação do passivo circulante no passivo total foi de 18% em 31 de dezembro de 2016, 18,6% em 31 de dezembro de 2017, 21,4% em 31 de dezembro de 2018 e 17,9% em 31 de dezembro de 2019.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R\$ 18,9 milhões, apresentando uma redução de 57,2% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação foi ocasionada principalmente pela transferência para o circulante em R\$ 25,6 milhões de empréstimos BNDES Exim.

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$ 19,2 milhões, apresentando um aumento de 1,5% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação foi ocasionada pelo aumento da obrigação com Benefícios a Empregados de R\$ 1,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$ 60,2 milhões, apresentando um aumento de 213,7% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação foi ocasionada principalmente, pelo passivo de arrendamento (IFRS 16/CPC06 (2)) reconhecido no passivo não circulante no valor de R\$ 38,7 milhões.

A participação do não circulante no passivo total foi de 2,9% em 31 de dezembro de 2016, 1,2% em 31 de dezembro de 2017, 1,1% em 31 de dezembro de 2018 e 3,3% em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido era de R\$ 1.232,9 milhões, apresentando um aumento de 1,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento foi verificado, principalmente, em razão do resultado líquido gerado neste período no montante de R\$ 263,8 milhões, dos quais: (i) R\$ 163,6 milhões foram utilizados para constituição de reservas, sendo R\$ 13,2 milhões de reserva legal e R\$ 150,4 milhões de reserva de incentivos fiscais, (ii) absorção de lucros acumulados de R\$ 0,7 milhão de perda atuarial plano de previdência privada e plano de saúde e R\$ 0,2 milhão de realização de correção monetária; (iii) R\$ 185,0 milhões distribuídos como dividendos e juros sobre capital próprio tendo utilizado R\$ 85,3 milhões de reserva de retenção de lucros constituída em exercícios anteriores. No ano de 2017 também ocorreu o aumento de capital no montante de R\$ 10,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 1.320,1 milhões, apresentando um aumento de 7,1% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento foi verificado, principalmente, em razão do resultado líquido gerado neste período no montante de R\$ 239,5 milhões, dos quais: (i) R\$ 142,7 milhões foram utilizados para constituição de reservas, sendo R\$ 5,1 milhões de reserva legal e R\$ 137,6 milhões de reserva de incentivos fiscais, (ii) absorção de lucros acumulados de R\$ 0,6 milhão de perda atuarial plano de previdência privada e plano de saúde e R\$ 0,2 milhão de ganho de realização de correção monetária; (iii) R\$ 150,0 milhões distribuídos

como dividendos e juros sobre capital próprio tendo utilizado R\$ 53,5 milhões de reserva de retenção de lucros constituída em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 1.426,4 milhões, apresentando um aumento de 8,1% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento foi verificado, principalmente, em razão do resultado líquido gerado neste período no montante de R\$ 214,7 milhões, dos quais: (i) R\$ 150,1 milhões foram utilizados para constituição de reservas, sendo R\$ 3,4 milhões de reserva legal e R\$ 146,6 milhões de reserva de incentivos fiscais, (ii) absorção de lucros acumulados de R\$ 1,9 milhão de perda atuarial plano de previdência privada e R\$ 0,8 milhão de ganho de realização de correção monetária; (iii) R\$ 131,2 milhões distribuídos como dividendos e juros sobre capital próprio tendo utilizado R\$ 17,7 milhões de reserva de retenção de lucros e R\$ 50 milhões de reservas de incentivos fiscais constituídas em exercícios anteriores.

Fluxo de Caixa 2017 x 2018 x 2019

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)														
	2016	2017	AV %	Variação 2016- 2017	%	2018	AV %	Variação 2017 - 2018	%	2019	AV %	Variação 2018 - 2019	%	
Atividades operacionais	287.746	250.999	260%	(36.747)	-13%	362.876	375%	111.877	45%	285.916	236%	(76.960)	-21%	
Atividades de investimento	(51.314)	(58.848)	-61%	(7.534)	15%	(49.621)	-51%	9.227	-16%	(64.684)	-67%	(15.063)	30%	
Atividades de financiamento	(139.770)	(248.085)	-257%	(108.315)	77%	(141.536)	-146%	106.549	-43%	(176.948)	-183%	(35.412)	25%	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	96.662	(55.934)	-58%	(152.596)	-158%	171.719	178%	227.653	-407%	44.284	46%	(127.435)	-74%	

Atividades Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 251,0 milhões, R\$ 36,7 milhões abaixo dos R\$ 287,7 milhões gerados no mesmo período de 2016.

A variação é explicada por: (i) reduções nos ativos e passivos de R\$ 108,3 milhões – composto pelas variações de estoques (menos R\$ 42,9 milhões), variações de contas a receber (menos R\$ 51,5 milhões), variação em impostos a recuperar (menos R\$ 9,3 milhões), variação em outros ativos (menos R\$ 35,4 milhões), variações de fornecedores (mais R\$ 3,4 milhões), variações de contas a pagar e provisões (mais R\$ 22,5 milhões), variações em pagamento de IRPJ e CSLL (menos R\$ 10,0 milhões), variações em obrigações tributárias (mais R\$ 13,2 milhões) e outros (mais R\$ 1,7 milhão); (ii) ajustes nos itens não caixa de R\$ 7,2 milhões – composto pelas variações de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos (menos R\$ 3,9 milhões), de depreciações e amortizações (mais R\$ 4,5 milhões), de provisão para ajuste a valor de realização estoques (menos R\$ 8,8 milhões), de provisão para benefícios a empregados (mais R\$ 14,4 milhões), de variações monetária, cambial e juros não realizados (mais R\$ 2,2 milhões) de empréstimos compulsório (menos R\$ 2,6 milhões) e outros de (mais R\$ 1,4 milhão); que foram parcialmente contrapostos por (iii) aumento do lucro líquido de R\$ 64,3 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 362,9 milhões, R\$ 111,9 milhões acima dos R\$ 251,0 milhões gerados no mesmo período de 2017.

A variação é explicada por: (i) aumento nos ativos e passivos de R\$ 137,8 milhões – composto pelas variações de estoques (mais R\$ 70,0 milhões), variações de contas a receber (mais R\$ 8,2 milhões), variação em impostos a recuperar (menos R\$ 19,2 milhões), variação em outros ativos (mais R\$ 1,0 milhão), variações de fornecedores (mais R\$ 125,6 milhões), variações de contas a pagar e provisões

(menos R\$ 37,6 milhões), variações em obrigações tributárias (menos R\$ 7,8 milhões) e outros (menos R\$ 2,3 milhões); (ii) ajustes nos itens não caixa de R\$ 1,6 milhões – composto pelas variações de provisão para crédito de liquidação duvidosa (menos R\$ 3,8 milhões), de resultado na venda de ativos permanentes (mais R\$ 1,3 milhões), de provisão para contingências (menos R\$ 3,6 milhões), de empréstimo compulsório (mais R\$ 2,6 milhões) e outros de (mais R\$ 1,9 milhão); que foram parcialmente contrapostos por (iii) diminuição do lucro líquido de R\$ 24,3 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 285,9 milhões, R\$ 76,9 milhões abaixo dos R\$ 362,9 milhões gerados no mesmo período de 2018.

A variação é explicada por: (i) aumento nos ativos e passivos de R\$ 85,9 milhões – composto pelas variações de estoques (menos R\$ 36,8 milhões), variações de contas a receber (mais R\$ 16,9 milhões), variação em impostos a recuperar (mais R\$ 36,5 milhões), variação em outros ativos (menos R\$ 9,6 milhão), variações de fornecedores (menos R\$ 101,6 milhões), variações de contas a pagar e provisões (menos R\$ 0,4 milhão), variações em obrigações tributárias (mais R\$ 9,9 milhões) e outros (menos R\$ 0,9 milhão); (ii) ajustes nos itens não caixa de R\$ 33,8 milhões – composto pelas variações de provisão para crédito de liquidação duvidosa (mais R\$ 3,7 milhões), de resultado na venda de ativos permanentes (menos R\$ 1,6 milhões), de provisão para contingências (mais R\$ 2,9 milhões) e outros de (mais R\$ 4,1 milhão); que foram parcialmente contrapostos por (iii) diminuição do lucro líquido de R\$ 24,8 milhões.

Atividades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2017 o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 58,8 milhões, resultando em uma variação negativa de R\$ 7,5 milhões em relação ao caixa aplicado no valor de R\$ 51,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação é explicada principalmente pela redução nas aquisições do ativo imobilizado em relação ao ano anterior de R\$ 8,2 milhões e pela redução nas aquisições do ativo intangível em relação ao ano anterior de R\$ 0,7 milhões, em linha com o plano de investimentos da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2018 o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 49,6 milhões, resultando em uma variação positiva de R\$ 9,2 milhões em relação ao caixa aplicado no valor de R\$ 58,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação é explicada principalmente pela menor aquisição do ativo imobilizado em relação ao ano anterior de R\$ 6,9 milhões e pela menor aquisição do ativo intangível em relação ao ano anterior de R\$ 2,4 milhões. As aquisições do ano estão em linha com o plano de investimentos da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2019 o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 64,6 milhões, resultando em uma variação negativa de R\$ 15,1 milhões em relação ao caixa aplicado no valor de R\$ 49,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação é explicada principalmente pela maior aquisição do ativo imobilizado em relação ao ano anterior de R\$ 15,3 milhões e pela menor aquisição do ativo intangível em relação ao ano anterior de R\$ 0,2 milhões. As aquisições do ano estão em linha com o plano de investimentos da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária, sendo que no 4º trimestre de 2019 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um incremento no plano de investimentos.

Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2017 o caixa líquido proveniente das atividades de financiamento no exercício foi de R\$ 248,1 milhões, variação negativa de R\$ 108,3 milhões em relação aos R\$ 139,7 milhões proveniente das atividades de financiamentos no mesmo período de 2016. Essa variação ocorreu em função de: (i) maior pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos (efeito menos R\$ 95,8 milhões); (ii) menor volume de empréstimos tomados (efeito menos R\$ 27,0 milhões), (iii) aumento de

capital (efeito mais R\$ 8,9 milhões), (iv) aumento de alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra (efeito mais R\$ 4,8 milhões).

Em 31 de dezembro de 2018 o caixa líquido proveniente das atividades de financiamento no exercício foi de R\$ 141,5 milhões, variação positiva de R\$ 106,5 milhões em relação aos R\$ 248,1 milhões proveniente das atividades de financiamentos no mesmo período de 2017. Essa variação ocorreu em função de: (i) menor pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos (efeito mais R\$ 149,9 milhões); (ii) maior pagamento de empréstimo (efeito menos R\$ 23,7 milhões), (iii) aumento de aquisição de ações para tesouraria (efeito menos R\$ 7,1 milhões), (iv) menor aumento de capital (efeito menos R\$ 8,9 milhões), (v) menor alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra (efeito menos R\$ 4,5 milhões), (vi) menor valor em aplicações financeiras (efeito mais R\$ 0,8).

Em 31 de dezembro de 2019 o caixa líquido proveniente das atividades de financiamento no exercício foi de R\$ 176,9 milhões, variação negativa de R\$ 35,4 milhões em relação aos R\$ 141,5 milhões proveniente das atividades de financiamentos no mesmo período de 2018. Essa variação ocorreu em função de: (i) maior pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos (efeito menos R\$ 61,1 milhões); (ii) não houveram pagamentos de empréstimos (efeito mais R\$ 25,6 milhões), (iii) não houveram aquisições de ações (efeito mais R\$ 7,1 milhões), (iv) mais aumento de capital (efeito mais R\$ 11,2 milhões), (v) mais alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra (efeito mais R\$ 5,6 milhões), (vi) menor valor em aplicações financeiras (efeito menos R\$ 0,6).

10.2. Os diretores devem comentar:

a. *resultados das operações do emissor, em especial:*

i. *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Quase a totalidade (98% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2017, 2019 e 97% em 2018) da receita bruta de vendas é denominada em reais e provém da venda dos produtos em todo o território nacional para clientes varejistas e franqueados, que realizam a venda para o consumidor final, bem como das vendas das próprias lojas e web ao consumidor final.

ii. *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Em 2019 a receita operacional líquida apresentou aumento de 0,6% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.549,2 milhões, impactada pelo crescimento de vendas nos 9 primeiros meses do ano e queda no 4T19, exclusivamente atribuída à performance de dezembro, que representa aproximadamente 60% das vendas do período. O lucro bruto de 2019 atingiu R\$ 678,6 milhões, 3,5% superior ao ano de 2018 e a margem bruta atingiu 43,8%, aumento de 1,2 p.p, relacionada à melhor produtividade fabril, melhor “mix” de vendas, com maior participação das vendas “sell out” (lojas próprias e “webstores”) e alavancagem operacional pela gestão do custo fixo. As despesas operacionais apresentaram aumento de 9,7%, as principais linhas que contribuíram para o aumento de despesas foi Depreciação e Amortização, com uma aumento de R\$ 24 milhões devido a adoção do IFRS 16/CPC 06 R (2) e a linha de outras despesas e receitas operacionais com um aumento de R\$ 8,5 milhões dos quais destacam-se as despesas não recorrentes relativas às indenizações por reestruturação organizacional e encerramento de plantas fabris no valor de R\$ 20,0 milhões (versus R\$ 12,4 milhões em 2018), que foram mais que compensadas por créditos fiscais de R\$ 31,0 milhões (versus R\$ 29,4 milhões em 2018).

Em 2018 a receita operacional líquida apresentou redução de 1,5% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.539,6 milhões, impactada majoritariamente por eventos extraordinários como greve de caminhoneiros e Copa do Mundo. O lucro bruto de 2018 atingiu R\$ 656,0 milhões, 4,9% inferior ao ano de 2017 e a margem bruta atingiu 42,6%, declínio de 1,6 p.p. O resultado foi impactado pela

Proposta da Administração AGO 2020 | 43

queda de venda, além da menor produtividade fabril em razão do declínio do volume de produção. As despesas operacionais apresentaram redução de 6,6% devido austero controle de despesas da Companhia. A principal linha que contribuiu para a redução de despesas foi outras despesas operacionais, sendo R\$ 14,8 milhões menor devido principalmente ao reconhecimento de créditos tributários de PIS/Cofins em 2018 superior à 2017. Outro fator impactante na redução de despesas de 6,6%, foi o não provisionamento de Participação nos resultados, devido não atingimento das metas definidas.

Em 2017 a receita operacional líquida apresentou aumento de 5,9% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.562,3 milhões, favorecida pelo desempenho de lojas próprias, *webstores* e multimarcas. A margem bruta expandiu 4,7 p.p., atingindo 44,2%, pela melhor gestão de estoques e promoções, além dos ganhos de escala em nosso processo fabril. As despesas operacionais apresentaram aumento de 13,7% decorrente de (i) aumento nas despesas de vendas 7,7% principalmente pela adição líquida de 5 lojas próprias, maiores despesas com propaganda e marketing, notadamente na marca Hering com o lançamento da campanha 'Basicamente Isso'. Já as despesas gerais, administrativas e remuneração dos administradores apresentaram alta de 12,7% essencialmente em razão de execução de projetos estratégicos e relacionados à tecnologia e (ii) retração de 8,5% em Outras Receitas (Despesas) Operacionais ocorreu essencialmente devido ao reconhecimento de ganho de R\$ 8,1 milhões proveniente de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório efetuado à Eletrobrás nas décadas de 80 e 90.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2017, 2018 e 2019 são decorrentes de alterações em volumes de vendas, que foram negativamente afetados pela recessão econômica e seus efeitos no ambiente de consumo. Em 2018, a variação de receita foi impactada majoritariamente por eventos extraordinários ao longo do 2º trimestre do ano, tais como (i) greve de caminhoneiros, que impactou o abastecimento dos canais multimarcas e franquias; (ii) redução de fluxo nas lojas em dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo; (iii) além de temperaturas mais altas no inverno, prejudicando as vendas das coleções frias.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As operações da Companhia podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem taxa de inflação, a variação do preço de insumos e produtos, taxa de câmbio e de juros. Apesar de não ser possível estimar o impacto de cada um desses itens dada a complexidade dos negócios, em termos gerais, um aumento da inflação ou do preço de insumos e produtos ou da taxa de juros, assim como uma desvalorização da moeda tendem a ter um impacto adverso sobre os negócios da Companhia. Por outro lado, se a inflação ou o preço dos insumos e produtos ou a taxa de juros diminuem, cada um desses fatores tenderá a impactar positivamente o resultado da Companhia. Da mesma forma, como a Companhia não quantifica a influência desses impactos nos seus resultados operacionais ou receitas financeiras, as variações de preços dos principais insumos e produtos podem impactar diretamente nossa margem bruta, mas a Companhia pode decidir transferir esse aumento de custos aos seus consumidores, quando considerado apropriado.

Em 2019, a Companhia, possuía caixa e equivalente de caixa de R\$ 364,8 milhões. O resultado financeiro apresentou redução de 12,1% comparado com o mesmo período de 2018, impactado principalmente pela contabilização de juros de arrendamento (IFRS 16/CPC 06 (2)), no valor de R\$ 4,8 milhões.

Em 2018, a Companhia, liquidou o montante de empréstimo em aberto (endividamento zero) e possuía caixa e equivalente de caixa de R\$ 320,5 milhões. O resultado financeiro apresentou redução devido queda da taxa Selic, mas principalmente devido ao reconhecimento de receita financeira de R\$ 22,7 milhões no 3T17, proveniente de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório à Eletrobrás nas décadas de 80 e 90, não recorrente.

Em 2017, a Companhia, possuía endividamento R\$ 27,3 milhões e caixa e equivalente de caixa de R\$ 148,8, tendo registrado crescimento no resultado financeiro de R\$ 32,4 milhões impactado principalmente (i) pela atualização monetária de R\$ 22,7 milhões de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório efetuado à Eletrobrás nas décadas de 80 e 90. (ii) pelo menor reconhecimento de despesa de ajuste a valor presente devido redução taxa SELIC.

Variações em razão das taxas de câmbio

Mudanças na taxa de câmbio podem gerar custos maiores ou menores para a Companhia. Dessa forma, se o reajuste praticado for diretamente proporcional ao reajuste dos custos, o resultado operacional não se modifica. Entretanto, qualquer outra movimentação pode gerar ganhos ou perdas de margem bruta, o que impactaria nosso resultado operacional.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha o montante de USD 22,7 milhões em cartas de crédito referentes à importações contratadas junto aos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha o montante de USD 23,6 milhões.

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos. As operações designadas como “*hedge accounting*”, cujo objeto está relacionado as importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia é o hedge de fluxo de caixa (“*cashflow hedge*”). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações de derivativos (NDF – Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia designadas para “*hedge accounting*” foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Reconhecido em		
					Outros resultados abrangentes	Resultado operacional	Resultado financeiro
12/07/2019	02/01/2020	1.000	3,7912	239	181	48	10
12/07/2019	03/02/2020	3.800	3,7989	846	940	303	(397)
12/07/2019	02/03/2020	1.700	3,8075	370	370	-	-
24/10/2019	01/04/2020	3.000	4,0419	(25)	(25)	-	-
24/10/2019	04/05/2020	1.500	4,0455	(11)	(11)	-	-
		<u>11.000</u>		<u>1.419</u>	<u>1.455</u>	<u>351</u>	<u>(387)</u>

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 somaram um Nocial de USD 23.450 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou uma perda de R\$ 147 para a Companhia, dos quais R\$ 1.212 (despesa R\$ 1.223 em 2019 e receita de R\$ 11 em 2018) foi reconhecido como perda em Resultado Operacional e R\$ 1.065 (receita de R\$ 289 em 2019 e receita de R\$ 776 em 2018) reconhecido como receita em resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2018, as operações de derivativos (NDF – Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia designadas para “hedge accounting” foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Reconhecido em		
					Outros resultados abrangentes	Resultado operacional	Resultado financeiro
04/10/2018	01/01/2019	2.500	3,9580	(208)	(477)	10	259
21/06/2018	01/02/2019	3.000	3,8215	170	(151)	-	321
23/10/2018	01/02/2019	2.000	3,7310	293	151	-	142
21/06/2018	01/03/2019	1.000	3,8325	55	(50)	-	105
04/10/2018	01/03/2019	1.250	3,9770	(110)	(60)	-	(50)
04/10/2018	01/03/2019	1.250	3,9770	(110)	(110)	-	-
23/10/2018	01/03/2019	1.700	3,7380	252	252	-	-
04/10/2018	01/04/2019	1.250	3,9849	(109)	(109)	-	-
04/10/2018	01/04/2019	1.250	3,9849	(109)	(109)	-	-
04/10/2018	01/05/2019	1.625	3,9974	(147)	(147)	-	-
04/10/2018	01/05/2019	1.625	3,9974	(147)	(147)	-	-
		<u>18.450</u>		<u>(170)</u>	<u>(957)</u>	<u>10</u>	<u>777</u>

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 somaram um Nocial de USD 10.000 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou um ganho de R\$ 5.568 para a Companhia, dos quais R\$ 4.072 foi reconhecido como receita em Resultado Operacional e R\$ 1.496 reconhecido como Receita Financeira.

Em 31 de dezembro de 2017, as operações de derivativos (NDF – Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia não foram designadas para “hedge accounting” e foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Resultado financeiro
01/12/2017	02/01/2018	7.000	3,3080	289	289
01/12/2017	01/02/2018	7.000	3,3157	256	256
		<u>14.000</u>		<u>545</u>	<u>545</u>

Variações em razão da inflação

A Companhia não pode medir o exato impacto da inflação nas suas receitas ou despesas. A inflação não implica necessariamente mudança do preço de venda de seus produtos ou nos seus custos, que podem gerar ou não reajuste no nosso preço final de venda. Se o reajuste de preços praticados for diretamente proporcional ao reajuste dos custos, nosso resultado operacional não é afetado, mas do contrário, sim.

Além disso, a inflação local pode afetar itens como salários e remuneração e despesas gerais, e conseqüentemente interferir na lucratividade da Companhia.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. *introdução ou alienação de segmento operacional*

Não houve ou não esperamos que haja introdução ou alienação de segmento operacional relevante.

b. *constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Não houve ou não esperamos que haja constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante.

c. *eventos ou operações não usuais*

Em 2017 a Companhia registrou o montante de R\$ 36.511, sendo R\$ 30.702 líquidos de impostos e honorários (R\$ 8.048 de principal e R\$ 22.654 de atualização monetária) referente ao Empréstimo Compulsório Eletrobrás, em função de ação judicial transitada em julgado, a Companhia, no ano 2000, relativo ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados parcialmente em abril de 2007, em janeiro de 2010 e em dezembro de 2011. O saldo remanescente da ação judicial teve agravo julgado em 29 de março de 2017, onde a 1ª Turma do TRF4 por unanimidade não conheceu do recurso interposto pela Eletrobrás e ainda a condenou ao pagamento de multa por litigância de má-fé. Após a publicação e o retorno do processo à origem, o Juízo intimou novamente a Eletrobrás para que efetuasse o pagamento. O pagamento por parte da Eletrobrás ocorreu em junho de 2017 no montante de R\$ 33.897, restando um saldo de R\$ 2.614 a receber em 31 de dezembro de 2017. A Companhia requereu ao Juízo e os autos seguiram para a Contadoria proceder ao recálculo. A Companhia, concordando com o cálculo da contadoria, peticionou pelo pagamento do saldo remanescente, tendo o Juízo já intimado a Eletrobrás para proceder ao pagamento.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. *mudanças significativas nas práticas contábeis*

Demonstrações financeiras de 31.12.19

Para 2020 não há novas normas para serem efetivadas. Em 01 de janeiro de 2019 a Companhia adotou o IFRS 16/ CPC 06 R(2). A divulgação dos efeitos dessa alteração estão descritos no item (b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Demonstrações financeiras de 31.12.18

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não irão dotar estas normas de forma antecipada.

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI;
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial; e
- a Companhia está avaliando a forma mais apropriada para considerar o impacto fiscal de PIS e COFINS na mensuração do passivo.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(a) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das lojas e Centros de Distribuição. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no valor aproximado de R\$ 65.000 a R\$ 75.000 em 1º de

janeiro de 2019. Além disso, a Companhia possui fundos de comércio no montante líquido de R\$ 13.675 que são considerados, de acordo com o IFRS 16, como custos iniciais incorridos no custo de direito de uso do ativo e serão reclassificados do ativo intangível para direito de uso de ativos.

(b) Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

(i) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9); Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28); Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19); Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; IFRS 17 Contratos de Seguros.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações financeiras de 31.12.17

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não irão dotar estas normas de forma antecipada.

(i) CPC 47 / IFRS 15

O CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A Companhia e suas controladas são obrigadas a adotar o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. Baseada nas avaliações efetuadas até a data dessas demonstrações financeiras, a Administração não espera ter impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas em 1 de janeiro de 2018. A companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia e suas controladas não aplicarão os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado.

(ii) CPC 48 / IFRS 9

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

Mensuração. Com base na sua avaliação, a Administração considera que os novos requerimentos de classificação não terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações; Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40); Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento; IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia adotou o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil, requerendo que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e baixo valor.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não foi republicada e continua sendo apresentada de acordo com a norma anterior.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que o CPC 06(R2) / IFRS 16 foi utilizado para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/ IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não foi republicada e continua sendo apresentada de acordo com a norma anterior.

Os impactos da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 estão abaixo apresentados:

Impacto no Balanço Patrimonial Consolidado

31 de dezembro de 2019	Conforme			Valores sem
Em milhares de Reais	apresentado	Ajustes	Ref.	a adoção do
				CPC 06 / IFRS 16
Ativo				
Circulante	1.213.615	-		1.213.615
Não circulante	598.158	(63.746)		534.412
Outros	429.282	-		429.282
Intangível	92.973	12.157	(a)	105.130
Direito de uso	75.903	(75.903)	(a)/(b)	-
Total do Ativo	1.811.773	(63.746)		1.748.027
Passivo				
Circulante	325.203	(26.779)		298.424
Outros	298.424	-		298.424
Passivo de arrendamento	26.779	(26.779)	(b)	-
Não circulante	60.173	(38.704)		21.469
Outros	21.469	-		21.469
Passivo de arrendamento	38.704	(38.704)	(b)	-
Patrimônio Líquido	1.426.397	1.737		1.428.134
Outros	1.294.015	-		1.294.015
Lucros acumulados	132.382	1.737	(c)	134.119
Total do Passivo	1.811.773	(63.746)		1.748.027

Impacto nas Demonstrações do resultado consolidado

01/01/2019 à 31/12/2019	Conforme			Valores sem
Em milhares de Reais	apresentado	Ajustes	Ref.	a adoção do
				CPC 06 / IFRS 16
Receita operacional líquida	1.549.159	-		1.549.159
Custos dos produtos vendidos	(870.519)	(303)		(870.822)
Despesas Operacionais	(448.209)	(24.725)		(472.934)
Depreciação e Amortização	(54.198)	21.937		(32.261)
Resultado Financeiro	32.694	4.828		37.522
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.775	-		5.775
Lucro líquido do período	214.702	1.737	(c)	216.439

Impacto na Demonstração dos Fluxos de Caixa

01/01/2019 à 31/12/2019	Conforme		Valores sem
Em milhares de Reais	apresentado	Ajustes	a adoção do
			CPC 06 / IFRS 16
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	214.702	1.737	216.439
Depreciação e amortização	88.424	(25.067)	63.357
Outros	22.655	(4.745)	17.910
Variações nos ativos e passivos	(39.865)	-	(39.865)
Caixa líquido geradas nas atividades operacionais	285.916	(28.075)	257.841
Caixa líquido aplicadas nas atividades de investimento	(64.684)	-	(64.684)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Outros	(153.701)	-	(153.701)
Pagamento de principal de arrendamento	(23.247)	28.075	4.828
Caixa líquido geradas nas atividades de financiamentos	(176.948)	28.075	(148.873)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	44.284		44.284
No início do exercício	320.540		320.540
No fim do exercício	364.824		364.824
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	44.284		44.284

No exercício de 2018 não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, não havendo, portanto, impactos na posição patrimonial ou resultado do exercício nem fluxo de caixa.

No exercício de 2017 não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, não havendo, portanto, impactos na posição patrimonial ou resultado do exercício nem fluxo de caixa.

c. *ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Demonstrações financeiras de 31.12.19

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não possuía ressalvas ou parágrafo de ênfase sobre qualquer assunto constante nas Demonstrações Financeiras. Conforme norma aplicável a partir do ano de 2016, passou-se a incluir no parecer os principais assuntos de auditoria, que são aqueles no julgamento profissional dos auditores, foram os mais significativos na auditoria do exercício corrente. Os assuntos citados foram: Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos e Provisões, ativos e passivos contingentes – tributárias, trabalhista e cíveis.

Demonstrações financeiras de 31.12.18

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não possuía ressalvas ou parágrafo de ênfase sobre qualquer assunto constante nas Demonstrações Financeiras. Conforme norma aplicável a partir do ano de 2016, passou-se a incluir no parecer os principais assuntos de auditoria, que são aqueles no julgamento profissional dos auditores, foram os mais significativos na auditoria do exercício corrente. Os assuntos citados foram: Benefícios a Empregados e Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Demonstrações financeiras de 31.12.17

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não possuía ressalvas ou parágrafo de ênfase sobre qualquer assunto constante nas Demonstrações Financeiras. Conforme norma aplicável a partir do ano de 2016, passou-se a incluir no parecer os principais assuntos de auditoria, que são aqueles no julgamento profissional dos auditores, foram os mais significativos na auditoria do exercício corrente. Os assuntos citados foram: Benefícios a Empregados.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas para registrar determinados ativos, passivos e transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, algumas estimativas relacionadas à vida útil de propriedades e equipamentos, provisões para passivos contingentes, provisões para tributos, provisão para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, planos de pensão, estoques e outros itens similares.

As políticas e estimativas contábeis críticas são aquelas que têm relevância para retratar a condição financeira e o resultado operacional e cuja determinação pela administração é mais subjetiva e complexa, exigindo a utilização de estimativas e premissas sobre assuntos que são inerentemente incertos. Muito embora foram revisadas as estimativas e premissas periodicamente, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas e premissas poderá afetar a situação patrimonial e financeira, bem como os resultados das operações por resultar em valores diferentes dos estimados.

É apresentado a seguir uma discussão sobre o que se considera políticas contábeis críticas da Companhia, incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade a que essas estimativas estão sujeitas.

Reconhecimento de receitas e custos

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/ IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional decorrente de venda a clientes do varejo e da rede de franquias no mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do

estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Os custos dos produtos são registrados pelo valor de custo médio de aquisição e produção, compreendem os custos com matérias-primas, embalagens, mão-de-obra direta e indireta de fabricação dos produtos e gastos gerais de fabricação, tais como: energia elétrica, água, conservação do parque industrial, depreciação dos ativos industriais e instalações do parque fabril.

Deterioração, depreciação e amortização de bens do imobilizado

É avaliada periodicamente, a necessidade de testes sobre a recuperabilidade de ativos (ou grupos de ativos) de vida longa com base em vários indicadores, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração avalia a ocorrência de algum evento adverso, tal como uma redução significativa no valor de mercado de algum bem do imobilizado ou alteração adversa significativa na forma com que um ativo de vida longa esteja sendo utilizado, analisando várias suposições e estimativas que, por sua vez, podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas e da indústria, taxas de juros, taxas cambiais, mudanças estratégicas de negócios e nos tipos de produtos oferecidos ao mercado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos imobilizados.

De acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, a Cia. Hering reconhece as despesas relacionadas à depreciação e amortização do imobilizado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A vida útil dos ativos é revisada periodicamente com base em fatos e circunstâncias existentes. A determinação das vidas úteis exige um julgamento subjetivo, sendo inerentemente incerta devido a mudanças tecnológicas e à concorrência na indústria, que são fatores que podem causar uma obsolescência precoce dos bens do imobilizado. Caso seja obrigado a fazer alterações relevantes nas premissas originais, as despesas de depreciação, baixas por obsolescência e o valor contábil líquido do imobilizado podem diferir significativamente em relação às premissas originalmente adotadas.

Provisão para contingências

Constitui-se provisões para contingências no balanço, com base no parecer dos advogados externos contratados, para os casos em que os processos trabalhistas, tributários e cíveis são estimados em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Não se constitui provisões para contingências consideradas como perdas possíveis ou remotas pelos assessores jurídicos. Avaliam-se continuamente as estimativas e premissas da provisão para contingências, com base em consultas aos consultores internos e externos e advogados externos contratados, e considerando fatos e circunstâncias relevantes que possam ter um efeito material sobre o resultado operacional e do patrimônio líquido. Apesar da administração acreditar que a provisão para atuais contingências é adequada, a liquidação das ações judiciais envolve montantes que poderão resultar em valores divergentes da provisão para contingências estabelecidas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Perda pela não recuperabilidade de ativos

A Cia. Hering estabelece provisão perda estimada de contas a receber, com base nas estimativas da administração, em montante que se considera suficiente para fazer frente a perdas prováveis na liquidação de créditos. Os ativos financeiros são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidência de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Este processo exige um determinado grau de discricionariedade por parte da Administração devido a incertezas das premissas envolvidas, tais como a situação financeira dos devedores, assim como as tendências econômicas. Caso o valor de provisão seja inferior aos valores baixados como perda, um aumento da provisão poderá ser necessário.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 34.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente e (iii) valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por impairment a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar, passivo de arrendamento e partes relacionadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “Hedge accounting”, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

A Companhia designa certos instrumentos de hedge para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa.

No início da relação de hedge, para a adoção do “Hedge Accounting”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de hedge resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de “Hedge Accounting” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,57% a.m e 0,60% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 85 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 68 dias.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das

obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo tem como contrapartida as contas que registram seus saldos a pagar e suas reversão são registradas no resultado financeiro.

Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas – impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

Benefícios a empregados

Plano benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação nas Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano.

Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (assets ceiling) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem.

Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado

no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem.

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano baseado em ações

Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O valor justo calculado na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

Arrendamentos

A nova política contábil aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento.

Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros

decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

iv. contratos de construção não terminada

Não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, e não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. natureza e o propósito da operação

Não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, e não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, e não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Orçamento de Capital	2020
TI	32.907
Lojas	31.171
Indústria	8.331
Logística	2.176
Outros	3.322
Total	77.907

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos gerados pela operação em 2019.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2018 iniciou-se o processo de ampliação da máquina 1 de Sorteamento e Encaixotamento de Pedidos (Sorter 1) no Centro de Distribuição Anápolis e, em 2019, essa movimentação foi concluída. Além desta conclusão, uma nova linha de esteiras laterais eletroeletrônica foi instalada substituindo a linha mecânica existente. Iniciou-se em 2019 a análise de tecnologias para os processos de recebimento, armazenamento e *picking* no CD Anápolis, visando ganhos de produtividade e projeção para novos investimentos que continuarão sendo analisados em 2020 para possível início de implementação em 2021.

Em 2019 a área industrial manteve o plano de renovação tecnológica, adquirindo máquinas com novas tecnologias em todas as áreas produtivas, encaminhando a indústria para cada vez mais perto do conceito 4.0, com maior automação, integração, melhorando produtividade e segurança das operações. Também foi investido em equipamentos para eficiência energética da unidade Iitororó, contribuindo para a redução do consumo de vapor, conseqüentemente redução expressiva no consumo de gás natural. Além disso, foram antecipados parte dos investimentos em máquinas e equipamentos do plano 2020, que serão instalados no decorrer do ano. Ainda no ano de 2020 a indústria manterá o investimento intenso em renovação tecnológica dos equipamentos, concluindo os projetos previsto para o ano, com aquisição de máquinas mais eficientes e de maior produtividade.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

O ano de 2019 foi um marco na nossa história. Iniciamos uma transformação cultural importante fortalecendo nosso espírito empreendedor, criando as condições favoráveis para empoderar nossos talentos e caminhando para a construção de um novo legado na história da Companhia. Experimentamos um jeito novo de fazer, aprofundando nosso conhecimento do consumidor e ampliando o uso de dados na tomada de decisão. Também criamos um modelo de experimentação e velocidade que vem revelando novas alavancas de crescimento e nos deixam confiantes e entusiasmados na busca por garantir relevância e perpetuidade ao nosso negócio. Ao longo do ano, integramos 91% das lojas no ecossistema Omnichannel, incluindo a rede de franquias e lojas próprias, ganhando tração com novas modalidades de omnicanalidade que proporcionam uma jornada única ao cliente. Ainda no âmbito da transformação digital, a Companhia intensificou os investimentos em marketing que impulsionaram o aumento de fluxo nas plataformas e-commerce, que apresentaram grande crescimento no ano, além do lançamento do novo site das marcas Hering e Hering Kids.

Inovamos nos formatos de negócio, iniciando a customização de produtos e pilotando uma “One Stop Shop” no Park Shopping São Caetano, que trouxe facilidade de compra e experiência completa sem fricção ao nosso consumidor. Vale destacar também que ao longo do ano intensificamos o ritmo de implementação do novo modelo de reformas na rede Hering, resultando em 101 lojas remodeladas. O novo modelo contribuiu para melhorar a produtividade das lojas através de uma melhor exposição de produtos, foco no “visual merchandising” e melhor experiência de compra.

Com relação às marcas, continuamos a promover investimentos em marketing visando fortalecer as alavancas de crescimento e aumentar o desejo de compra dos nossos produtos, através de uma estratégia de comunicação apoiada na integração “on” e “offline”, com cobertura nacional e reforço nas praças de maior faturamento. Destacam-se as campanhas com celebridades e o lançamento de coleções cápsula com grandes designers brasileiros. Adicionalmente, a Companhia lançou a campanha “O Câncer de Mama no Alvo da Moda” em parceria com o IBCC e seguiu com a campanha “Hering & Você, Juntinhos” com a cantora IZA. Nas marcas infantis, para marcar os 40 anos de

história da PUC, relançamos a marca com o propósito de ressignificar o “fazer arte”. A nova PUC se inspira no “fazendo arte, colorindo o futuro” para conectar os pilares coletivo, moda, lúdico e família, que balizarão o novo posicionamento da marca. Já Hering Kids seguiu na estratégia de parcerias com outras marcas, como a Turma da Mônica e a FOM.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há valores mensuráveis.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores a comentar.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Conforme artigo 10 da INCVM 481 – Item 12.5 a 12.10, do Formulário de Referência INCVM480, conforme alteradas)

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da companhia é atualmente composto por 07 (sete) membros:

	Andrea Oliveira Mota Baril	Celso Luis Loducca	Claudia Worms Sciana	Fábio Colletti Barbosa
Data de Nascimento	01/01/1969	23/07/1958	23/10/1976	03/10/1954
Profissão	Administrador de Empresas	Empresário	Bacharel em Comunicação Social	Economista
CPF	489.616.555-15	007.272.598-22	213.777.028-80	771.733.258-20
Cargo	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente
Data de Eleição	29/04/2019	29/04/2019	29/04/2019	29/04/2019
Data de Posse	30/04/2019	30/04/2019	30/04/2019	30/04/2019
Prazo do Mandato	Até AGO 2021	Até AGO 2021	Até AGO/2021	Até AGO/2021
Outros Cargos	Coordenadora do Comitê de Estratégia	N/A	N/A	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e de Auditoria Estatutário
Eleito por Controlador	Não	Não	Não	Não
Membro independente	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da

	cargo que ocupa.	cargo que ocupa		Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa.
Nº de mandatos consecutivos	3º Mandato	1º Mandato	2º Mandato	2º Mandato

	Fabio Hering	Ivo Hering	Patrick Charles Morin Junior
Data de Nascimento	17/03/1959	17/12/1942	22/02/1947
Profissão	Administrador de Empresas	Advogado e Economista	Administrador de Empresas
CPF	006.283.238-75	003.696.839-00	003.768.028-55
Cargo	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro Independente
Data de Eleição	29/04/2019	29/04/2019	29/04/2019
Data de Posse	30/04/2019	30/04/2019	30/04/2019
Prazo do Mandato	Até a AGO/2021	Até a AGO/2021	Até a AGO/2021
Outros Cargos	Diretor Presidente, membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Estratégia	N/A	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e do Comitê de Auditoria Estatutário
Eleito por Controlador	Não	Não	Não
Membro Independente	Não	Não	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa.
Nº de Mandatos Consecutivos	9º Mandato	14º Mandato	7º Mandato

Currículos

Andrea Oliveira Mota Baril

Membro Independente do Conselho de Administração

Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia, com especialização em Marketing Estratégico pela ESPM e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Possui mais de 20 anos de experiência em marketing, varejo, franquias e gestão de negócios. Trabalhou no Grupo O Boticário de 1997 a 2014, onde também foi Diretora Executiva, tendo sido responsável pela construção e implementação do plano estratégico da Companhia e gestão multicanal, que incluiu a venda direta, reposicionamento das marcas e gestão da rede de franquias.

Andrea também passou por empresas como Unibanco, Benetton e Wet'n Wild. É também membro do conselho da Endeavor Brasil e EY (ex-Ernst & Young) no programa mundial Winning Women.

Celso Luis Loducca

Membro Independente do Conselho de Administração

Publicitário, iniciou sua carreira em 1986. Trabalhou como redator na Young&Rubicam, Talent e W/Brasil, antes de se tornar Vice-Presidente da FCB, em 1992. Em 1995, fundou a Loducca, uma das maiores agências de publicidade do Brasil. Foi Conselheiro da TIM Brasil até março de 2019. Atualmente é Sócio-Presidente da Loducca Comunicações, Conselheiro do Colégio Santa Cruz e da Parceiros da Educação. Fora do universo da publicidade, é sócio fundador da Casa do Saber, centro de cultura que promove debates e disseminação do conhecimento na cidade de São Paulo

Claudia Worms Sciama

Membro Independente do Conselho de Administração

Formada em Comunicação Social pela ESPM, com especialização em Marketing na University Of California Of San Diego e MBA na FIA (Fundação Instituto de Administração FEA USP). A Sra. Claudia é Diretora de Negócios do Google Canada para os segmentos Automotivo and Bens de Consumo desde Setembro/ 2018. Juntou-se ao Google Brasil em 2007 onde atuou como Diretora de Negócios para o segmento de Varejo de 2012 até a sua mudança para o Canada em 2018. Possui vasta experiência em empresas de tecnologia, desde 2000 quando trabalhou no site de leilões Arremate.com e depois por 5 anos como Diretora Comercial Yahoo! Brasil.

Fábio Colletti Barbosa

Membro Independente do Conselho de Administração

Fabio Barbosa foi presidente do Banco ABN Amro Real desde 1996 e, em 2008, com a aquisição do Banco Real pelo Santander, tornou-se presidente do Santander Brasil. De 2007 a 2011, foi também presidente da Febraban. Entre 2011 e o início de 2015, foi presidente da Abril Mídia. Atualmente, é presidente do conselho da Fundação Osesp; membro do Conselho da UN Foundation, para apoio a ONU e promoção da cooperação internacional, membro dos conselhos do Itaú-Unibanco, da Gávea Investimentos, do Insper, do Instituto Empreender Endeavor, do CLP (Centro de Liderança Pública) e do Instituto Ayrton Senna, dentre outros. Em 2011 foi reconhecido como Personalidade do Ano, pela Câmara Brasil-Estados Unidos de Comércio, em Nova York. E, em 2012, recebeu o prêmio Campeões da Terra, concedido pelo PNUMA (United Nations Environmental Program), por sua visão empresarial. Fábio é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e tem MBA no Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça.

Fabio Hering

Membro do Conselho de Administração

Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria desde 2 de maio de 1986, Diretor Presidente desde 28 de abril de 2009 e membro do Conselho de Administração. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e oito anos trabalha na Cia. Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Tarpon Investimentos S.A. e da Tigre S.A.

Ivo Hering

Presidente do Conselho de Administração

Formado em Direito e Economia, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), com especialização em Macroeconomia, Direito, Marketing e Estratégia. O Sr. Ivo Hering é presidente do Conselho de Administração da Cia. Hering desde 28 de abril de 2009, sendo membro do mesmo

Proposta da Administração AGO 2020 | 66

Conselho desde 1977 e da diretoria de 1971 até 2009. É também diretor presidente na empresa Hering Internacional SAFI e foi presidente das empresas do Grupo Ceval Alimentos. Está na empresa há mais de quarenta anos, tendo iniciado como trainee e assumido posteriormente as funções de diretor administrativo, vice-presidente executivo e presidente.

Patrick Charles Morin Junior

Membro Independente do Conselho de Administração

Norte-americano, graduado em 1968 em Administração de Empresas pelo “Claremont Men’s College” (California), e pós-graduado (MBA) pela Universidade de Columbia (New York) em 1970, com especialização em Finanças e Comércio Exterior. Em 1981 participou do Programa Internacional para Executivos (SMP-16), promovido pela Harvard Business School, na Suíça. Iniciou seu trabalho no Chemical Bank (New York) em 1971 e, antes de vir para o Brasil em 1977, trabalhou no Chemical Bank em New York, Londres e Bruxelas. Em 1981, tornou-se “Managing Director” e “Senior Country Officer” do Chemical Bank, responsável pela carteira brasileira. Durante vinte anos foi responsável pelo desenvolvimento e execução das estratégias do próprio Chemical Bank no Brasil, incluindo as suas fusões e/ou aquisições dos Bancos Manufacturers Hanover, Chase Manhattan, Jardine Flemings e Banco Patrimônio. Em 2001 foi responsável pela fusão do Chase Manhattan com o J.P.Morgan no Brasil, onde atuou como Presidente até assumir, em 2003, responsabilidades como “Senior Advisor” do Banco J.P.Morgan S.A. Atualmente é Presidente da ProPay S.A. e membro do Conselho de Administração de várias empresas, dentre elas a Cia. Hering e Ideal Invest S.A. Atua, também, no Conselho Consultivo da Endeavor Global (New York), e assessora ativamente vários empreendedores do Projeto Endeavor no Brasil. Dentre suas atividades extraprofissionais, nos últimos trinta anos, destacam-se as seguintes: membro das Diretorias da Câmara Americana de Comércio de São Paulo (American Chamber), da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (A.B.B.I.), e Presidente do Conselho de Administração da Escola Graduada de São Paulo (Graded School). Participou de vários projetos sociais, com o foco em educação.

Declaração negativa de eventos condenatórios:

Todos os administradores supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Diretoria

	Fabio Hering	Thiago Hering	Marcelo Toledo
Data de Nascimento	17/03/1959	29/03/1983	24/10/1975
Profissão	Administrador de Empresas	Advogado	Engenheiro
CPF	006.283.238-75	311.440.868-09	014.771.199-14
Cargo	Diretor Presidente	Diretor Executivo de Negócios	Diretor Industrial
Data de Eleição	30/04/2019	30/04/2019	30/04/2019
Data de Posse	30/04/2019	30/04/2019	30/04/2019
Prazo do Mandato	Até a primeira RCA a realizar-se após a AGO/2021	Até a primeira RCA a realizar-se após a AGO/2021	Até a primeira RCA a realizar-se após a AGO/2021
Outros Cargos	Membro do Conselho de Administração e dos Comitês de Gestão de Pessoas e Estratégia	Não	Não
Nº de mandatos consecutivos	13º Mandato	1º Mandato	1º Mandato

	Moacyr José Matheussi	Rafael Bossolani	Marciel Eder Costa
Data de Nascimento	23/06/1955	19/05/1981	23/07/1969
Profissão	Administrador de Empresas	Administrador de Empresas	Advogado
CPF	216.172.289-15	220.872.428-36	0551.687.019-49
Cargo	Diretor de Suprimentos	Diretor de Finanças/Relação Com Investidores	Diretor Administrativo
Data de Eleição	30/04/2019	30/04/2019	30/04/2019
Data de Posse	30/04/2019	30/04/2019	30/04/2019
Prazo do Mandato	Até a primeira RCA a realizar-se após a AGO/2021	Até a primeira RCA a realizar-se após a AGO/2021	Até a primeira RCA a realizar-se após a AGO/2021
Outros Cargos	Não	Não	Não
Nº de mandatos consecutivos	6º Mandato	2º Mandato	3º Mandato

(*) O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício social de 2019. **Currículos**

Fabio Hering

Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria desde 2 de maio de 1986, Diretor Presidente desde 28 de abril de 2009 e membro do Conselho de Administração. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e oito anos trabalha na Cia. Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Tarpon Investimentos S.A. e da Tigre S.A., e Diretor da Hering International SAFI.

Rafael Bossolani

Diretor de Finanças/Relações com Investidores

Formado em Economia e Finanças pela Temple University, possui MBA Executivo em Finanças pelo Insper e pós-graduação em Finanças pela FGV. Atuou como Diretor Financeiro da Chiesi Farmacêutica e do Walmart Brasil, tendo passado por diversas posições financeiras na Natura - onde também atuou em Relações com Investidores - e Johnson & Johnson. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores.

Thiago Hering

Diretor Executivo de Negócios

Bacharel em Direito pela Pontifícia Católica de São Paulo. Atuou como advogado no escritório Machado Meyer. Na área de administração, trabalha no setor de varejo a mais de 15 anos como diretor de operações. Atualmente é Diretor Executivo de Negócios e responsável pela gestão das marcas e dos canais da Companhia.

Marcelo Toledo

Diretor Industrial

Formado em Engenharia Têxtil pela Universidade Estadual de Maringá, Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela UFSC em 2001 e Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela FGV em 2010. Trabalha desde 1999 na Cia Hering com experiência em algodão/fios, adquiridos na fundação blumenauense, em áreas de tecelagem, tinturaria e estamparia, gerenciando unidades produtivas em Blumenau - SC. Passagem pelo Nordeste gerenciando uma operação que incluía fábrica e empresas terceirizadas. Aprendizados em compras de produtos acabados (revenda), adquiridos no gerenciamento das áreas de engenharia e Sourcing, bem como acesso a inúmeros fornecedores de artigos de vestuário no Brasil, Paraguai e Ásia.

Moacyr José Matheussi
Diretor de Suprimentos

Formado em Economia e Administração de Empresas (Furb), pós-graduado em Gestão de Negócios e MBA em Comércio Internacional - Fundação Getúlio Vargas (FGV). Trabalha desde 1982 na Cia. Hering, tendo atuado na Gerência de Compras e Planejamento, Logística, da Unidade de negócios jeans wear, Superintendente de Produção. Atualmente ocupa o cargo de Diretor da Cadeia de Suprimentos.

Marciel Eder Costa
Diretor Administrativo

Contador e advogado, com MBA em Gestão de Negócios – FGV, Especialista em Direito tributário – FURB e MBA in Management – Baldwin Wallace University – USA. Iniciou sua carreira na Cia. Hering em 1993, exercendo funções nas áreas de Contabilidade, Controladoria, Gestão de Tributos, Auditoria e Relações Institucionais, neste último representando a Cia. Hering em diversos fóruns de governo e entidades representativas de classe, a exemplo da ABVTEX, CARF e FIESC, como também tem uma atuação junto ao Comitê de Moda Sustentável. Foi membro do Conselho Fiscal da Cremer S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cooperativa de Prod. e Abastecimento do Vale do Itajaí Ltda., membro do Conselho Diretor da ABVTEX e ocupa o cargo de Diretor Administrativo da Cia. Hering.

Declaração negativa de eventos condenatórios:

Todos os administradores supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Membro	Participação nas Reuniões (%)
Ivo Hering	100,00
Fabio Hering	100,00
Patrick Charles Morin Junior	88,89
Fábio Colletti Barbosa	88,89
Andrea Mota Oliveira Baril	100,00
Claudia Worms Sciama	100,00
Celso Luis Loducca	100,00

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A Companhia possui 03 (três) comitês, sendo 01 (um) de Auditoria Estatutário, 01 (um) de Gestão de Pessoas (não estatutário) e 01 (um) de Estratégia (não estatutário), cujos membros são nomeados pelo Conselho de Administração.

Comitê de Gestão de Pessoas

	Patrick Charles Morin Junior	Fabio Hering	Fábio Colletti Barbosa
Data de Nascimento	22/02/1947	17/03/1959	03/10/1954
Profissão	Administrador de Empresas	Administrador de Empresas	Economista
CPF	003.768.028-55	006.283.238-75	771.733.258-20
Cargo	Coordenador (Membro Independente)	Membro	Membro Independente
Data de Eleição	08/05/2019	08/05/2019	08/05/2019
Data de Posse	08/05/2019	08/05/2019	08/05/2019
Prazo do Mandato	02 anos	02 anos	02 anos
Outros Cargos	Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário	Diretor Presidente, membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia	Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário
Eleito por Controlador	Não	Não	Não
Membro independente	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa.	Não	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa.
Nº de mandatos consecutivos	5º Mandato	5º Mandato	2º Mandato

Comitê de Estratégia

	Andrea Oliveira Mota Baril	Fabio Hering
Data de Nascimento	01/01/1969	17/03/1959
Profissão	Administrador de Empresas	Administrador de Empresas
CPF	489.616.555-15	006.283.238-75
Cargo	Coordenadora (Membro Independente)	Membro
Data de Eleição	08/05/2019	08/05/2019
Data de Posse	08/05/2019	08/05/2019
Prazo do Mandato	02 anos	02 anos

Outros Cargos	Membro do Conselho de Administração	Diretor Presidente, membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas
Eleito por Controlador	Não	Não
Membro independente	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa.	Não
Nº de mandatos consecutivos	2º Mandato	3º Mandato

Observação: O membro faltante para a composição deste Comitê será eleito oportunamente..

Comitê de Auditoria Estatutário

	Fábio Colletti Barbosa	Patrick Charles Morin Junior	Walter Iorio
Data de Nascimento	03/10/1954	22/02/1947	02/12/1944
Profissão	Economista	Administrador de Empresas	Especialista em Contabilidade Societária
CPF	771.733.258-20	003.768.028-55	051.364.908-53
Cargo	Membro Independente	Membro Independente	Membro Independente (Coordenador)
Data de Eleição	08/05/2019	08/05/2019	08/05/2019
Data de Posse	08/05/2019	08/05/2019	08/05/2019
Prazo do Mandato	02 anos	02 anos	02 anos
Outros Cargos	Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas	Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas	Não exerce outros cargos ou funções no emissor.
Eleito por Controlador	Não	Não	Não
Membro independente	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa.	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa.	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, não é fornecedor ou comprador de serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa.
Nº de mandatos consecutivos	1º Mandato	1º Mandato	1º Mandato

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Comitê de Gestão de Pessoas

Membro	Total de reuniões realizadas	Participação nas Reuniões (%)
Fabio Hering	05	100,00
Patrick Charles Morin Junior	05	100,00
Fábio Colletti Barbosa	05	100,00

Comitê de Estratégia

Membro	Total de reuniões realizadas	Participação nas Reuniões (%)
Fabio Hering	01	100,00
Andrea Oliveira Mota Baril	01	100,00

Comitê de Auditoria Estatutário

Membro	Total de reuniões realizadas	Participação nas Reuniões (%)
Walter Iorio	05	100,00
Fábio Colletti Barbosa	05	100,00
Patrick Charles Morin Junior	05	100,00

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Há na Companhia relação de parentesco de 1º grau por consanguinidade, entre membros que compõem a Administração, a saber: Fabio Hering (Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração) e Thiago Hering (Diretor Executivo de Negócios).

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas, do emissor

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores do emissor ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos e indiretos.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores do emissor ou de suas controladas diretas ou indiretas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Nome do Administrador: Ivo Hering

CPF: 003.696.839-00

Cargo/Função do Administrador: Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Hering Internacional SAFI

CNPJ: Empresa sediada no exterior – não possui CNPJ

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Administrador

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta.

Nome do Administrador: Fabio Hering

CPF: 006.283.238-75

Cargo/Função do Administrador: Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Hering Internacional SAFI

CNPJ: Empresa sediada no exterior – não possui CNPJ

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Administrador

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta.

Nome do Administrador: Thiago Hering

CPF: 311.440.868-09

Cargo/Função do Administrador: Diretor Executivo de Negócios

Pessoa Relacionada: Hering Internacional SAFI

CNPJ: Empresa sediada no exterior – não possui CNPJ

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Administrador

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta.

b) controlador direto ou indireto do emissor

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle nos três últimos exercícios sociais entre controlador direto ou indireto do emissor.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há relações relevantes nos três últimos exercícios sociais com fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas e de alguma dessas pessoas.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração;

Conselho de Administração: Remuneração é mensal e em valor fixo, podendo conter elementos indiretos (benefícios).

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria: Remuneração é mensal e em valor fixo, podendo conter elementos indiretos (benefícios).

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Independente do tipo de relação jurídica com a companhia, todos são remunerados de forma mista, com componentes fixos e variáveis e em moeda corrente e benefícios como adiante se demonstra. Os objetivos da política de remuneração são criar motivadores de conteúdo econômico para alinhar interesses das partes a curto, médio e longo prazo, além de reconhecer práticas de mercado¹.

b) composição da remuneração, indicando:

- I. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração: Honorários mensais fixos e benefícios de Plano de Saúde; Previdência Privada; Seguro de Vida em Grupo, observando as práticas de mercado.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria: Remuneração é mensal e em valor fixo.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Estatutários possuem remuneração total composta por Pró-labore fixo mensal e não estatutários por salário base mensal, com a finalidade de remunerar o serviço prestado e caráter de dedicação integral e Incentivos de curto prazo como variável, anual, em espécie como forma de promover o alinhamento e comprometimento com os resultados pretendidos. Adicionalmente é oferecido o Incentivo de Longo Prazo, como as Opções de compra de ações, de acordo com o Programa de *Stock Options* que se detalha adiante, e que tem a finalidade de estreitar as ações diretiva com os interesses dos acionistas e promover retenção, além do pacote de Benefícios constituídos por Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida em Grupo, Previdência Privada, Vale Alimentação e Refeição, com o intuito de manter-se alinhada às práticas de mercado de remuneração total para esse nível de executivos.

- II. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

¹ Por práticas de mercado, entende-se o resultado apurado em pesquisas de remuneração total anuais, realizada por consultoria especializada, com base em painel de empresas selecionadas que atuem em gestão de varejo e/ou marcas.

a) Órgão	2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros	7,67	6,08	13,75
c) Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%
i) Remuneração Fixa	100,00%	49,02%	55,45%
Salário ou pró-labore	80,45%	34,93%	40,66%
Benefícios diretos e indiretos	3,47%	6,33%	5,97%
Remuneração por participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (INSS)	16,09%	7,77%	8,82%
ii) Remuneração Variável	0,00%	29,98%	26,20%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	29,98%	26,20%
Remuneração por participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (INSS)	0,00%	0,00%	0,00%
iii) Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
iv) Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	1,91%	1,67%
v) Remuneração Baseada em Ações	0,00%	19,09%	16,68%

a) Órgão	2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros	6,42	6,00	12,42
c) Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%
i) Remuneração Fixa	100,00%	70,24%	75,19%
Salário ou pró-labore	80,17%	50,49%	55,42%
Benefícios diretos e indiretos	3,79%	9,76%	8,76%
Remuneração por participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (INSS)	16,03%	9,99%	11,00%
ii) Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração por participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (INSS)	0,00%	0,00%	0,00%
iii) Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
iv) Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
v) Remuneração Baseada em Ações	0,00%	29,76%	24,81%

a) Órgão	2019			
	Conselho de Administração	Comitê de Auditoria Estatutário	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros	7,00	0,67	6,00	13,00
c) Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
i) Remuneração Fixa	100,00%	100,00%	67,36%	73,00%
Salário ou pró-labore	80,39%	83,33%	48,51%	54,02%
Benefícios diretos e indiretos	3,54%	0,00%	9,15%	8,18%
Remuneração por participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (INSS)	16,07%	16,67%	9,70%	10,80%
ii) Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração por participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (INSS)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
iii) Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
iv) Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
v) Remuneração Baseada em Ações	0,00%	0,00%	32,64%	27,00%

III. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Conselho de Administração: A remuneração procura acompanhar valores de mercado validados por pesquisas realizadas por consultoria especializada.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: A remuneração procura acompanhar valores de mercado validados por meio de pesquisas realizadas por consultoria especializada e o seu reajuste se dá anualmente sendo o percentual de reajuste definido por mérito.

IV. razões que justificam a composição da remuneração;

Conselho de Administração: A forma de remuneração definida deve refletir as práticas de mercado para esse nível de executivos.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Os componentes da remuneração direta e indireta devem seguir as práticas de mercado aplicáveis e os componentes variáveis são fixados com a finalidade de alinhar ação estratégica e resultados pretendidos.

V. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

O Diretor Presidente da companhia, que acumula também posição como membro do Conselho de Administração, não recebe remuneração a título de conselheiro.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: São sempre levados em consideração indicadores de resultado e de incremento de receita.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria: A mesma aplicada aos membros do conselho de administração.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: A remuneração variável seja de Incentivos de Curto ou de Longo Prazo, é estruturada com base em indicadores de desempenho corporativos, setoriais e coletivos, sendo seu atingimento monitorado mensalmente pelo grupo de executivos desse órgão e do conselho de administração.

Comitês de Gestão de Pessoas, Finanças e Estratégia: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

Conselho de Administração: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: no curto e longo prazo há parcelas significativas vinculadas a desempenho anual, caracterizando-se o EBITDA como a principal indicador de resultado. Adicionalmente, a companhia pode outorgar ações no âmbito de seu plano de ações (*Stock Options* e *Restricted Shares*) (para mais informações ver item 13.4).

Comitês de Gestão de Pessoas, Finanças e Estratégia: Não há política ou prática de remuneração para estes órgãos.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Conselho de Administração: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: vide tabela abaixo.

R\$	2017		
Orgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Intern. Serv. Fin. Ltda			
Número de membros	-	2,67	2,67
Pro-labore	-	29.984,00	29.984,00

R\$	2018		
Orgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Intern. Serv. Fin. Ltda			
Número de membros	-	2,00	2,00
Pro-labore	-	22.896,00	22.896,00

R\$	2019		
Orgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Intern. Serv. Fin. Ltda			
Número de membros	-	3,00	3,00
Pro-labore	-	35.928,00	35.928,00

Comitês de Gestão de Pessoas, Finanças e Estratégia: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Conselho de Administração: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Comitês de Gestão de Pessoas, Finanças e Estratégia: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Para o ano de 2017 a remuneração do Conselho Consultivo foi de R\$ 1.283.733,35, sendo que este valor não está considerado no quadro abaixo.

a) Órgão	2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número total de membros	7,67	6,08	13,75
c) Número de membros Remunerados	6,67	6,08	12,75
d) Remuneração	2.542,27	17.639,94	20.182,21
i) Remuneração Fixa (*)	2.542,27	8.647,80	11.190,08
Salário ou pró-labore	2.045,13	6.161,62	8.206,76
Benefícios diretos e indiretos	88,11	1.115,92	1.204,03
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros (INSS)	409,03	1.370,26	1.779,28
ii) Remuneração Variável (?)	-	5.288,07	5.288,07
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	5.288,07	5.288,07
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros (INSS)	-	-	-
iii) Benefícios pós-emprego	-	-	-
iv) Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	336,68	336,68
v) Remuneração Baseada em Ações	-	3.367,39	3.367,39
e) Valor da remuneração	2.542,27	17.639,94	20.182,21
f) Total da remuneração	-	-	20.182,21

(1) Inclui remuneração por participação em comitês

(2) Inclui bônus

Para o ano de 2018 a remuneração do Conselho Consultivo foi de R\$ 1.287.367,56, sendo que este valor não está considerado no quadro abaixo.

a) Órgão	2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número total de membros	6,42	6,00	12,42
c) Número de membros Remunerados	5,42	6,00	11,42
d) Remuneração	2.411,97	12.099,33	14.511,29
i) Remuneração Fixa (*)	2.411,97	8.498,48	10.910,45
Salário ou pró-labore	1.933,76	6.108,74	8.042,50
Benefícios diretos e indiretos	91,45	1.180,42	1.271,87
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros (INSS)	386,75	1.209,33	1.596,08
ii) Remuneração Variável (?)	-	-	-
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros (INSS)	-	-	-
iii) Benefícios pós-emprego	-	-	-
iv) Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-
v) Remuneração Baseada em Ações	-	3.600,84	3.600,84
e) Valor da remuneração	2.411,97	12.099,33	14.511,29
f) Total da remuneração	-	12.099,33	14.511,29

(1) Inclui remuneração por participação em comitês

(2) Inclui bônus

Para o ano de 2019 a remuneração do Conselho Consultivo foi de R\$ 461.184,18, sendo que este valor não está considerado no quadro abaixo.

O Conselho Consultivo foi destituído na AGOE de 2019 e o Comitê de Auditoria Estatutário aprovado na mesma AGOE, sendo praticado em 2019 a remuneração do Comitê de Auditoria Estatutário de R\$ 186.400,00 não informada no quadro abaixo.

Em R\$ Mil	2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
a) Orgão			
b) Número total de membros	7,00	6,00	13,00
c) Número de membros Remunerados	6,00	6,00	12,00
d) Remuneração	2.714,24	12.978,56	15.692,80
i) Remuneração Fixa (¹)	2.714,24	8.742,20	11.456,44
Salário ou pró-labore	2.181,90	6.295,75	8.477,65
Benefícios diretos e indiretos	95,96	1.187,30	1.283,26
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros (INSS)	436,38	1.259,15	1.695,53
ii) Remuneração Variável (²)	-	-	-
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros (INSS)	-	-	-
iii) Benefícios pós-emprego	-	-	-
iv) Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-
v) Remuneração Baseada em Ações	-	4.236,36	4.236,36
e) Valor da remuneração	2.714,24	12.978,56	15.692,80
f) Total da remuneração	2.714,24	12.978,56	15.692,80

(1) Inclui remuneração por participação em comitês

(2) Inclui bônus

Em R\$ Mil	2020			
	Conselho de Administração	Comitê de Auditoria Estatutário	Diretoria Estatutária	Total
a) Orgão				
b) Número total de membros	7,00	3,00	6,00	16,00
c) Número de membros Remunerados	6,00	1,00	6,00	13,00
d) Remuneração	2.563,40	288,00	25.763,94	28.615,33
i) Remuneração Fixa (¹)	2.563,40	288,00	9.189,58	12.040,98
Salário ou pró-labore	2.050,45	240,00	6.642,08	8.932,53
Benefícios diretos e indiretos	102,86	-	1.219,08	1.321,94
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros (INSS)	410,09	48,00	1.328,42	1.786,51
ii) Remuneração Variável (²)	-	-	11.435,46	11.435,46
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	11.435,46	11.435,46
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (INSS)	-	-	-	-
iii) Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv) Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
v) Remuneração Baseada em Ações	-	-	5.138,90	5.138,90
e) Valor da remuneração	2.563,40	288,00	25.763,94	28.615,33
f) Total da remuneração	2.563,40	288,00	25.763,94	28.615,33

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Em R\$ Mil		2017		
a) Órgão		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número total de membros		7,67	6,08	13,75
c) Número de membros remunerados		6,67	6,08	12,75
d) Em relação à Participação no Resultado				
i) Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	-	-
ii) Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	12.420,00	12.420,00
iii) Valor previsto no plano de remuneração, em caso de metas atingidas		-	6.210,00	6.210,00
iv) Valor efetivamente reconhecido no resultado		-	5.288,07	5.288,07

Em R\$ Mil		2018		
a) Órgão		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número total de membros		6,83	6,00	12,83
c) Número de membros remunerados		5,83	6,00	11,83
d) Em relação à Participação no Resultado				
i) Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	-	-
ii) Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	10.087,23	10.087,23
iii) Valor previsto no plano de remuneração, em caso de metas atingidas		-	5.043,62	5.043,62
iv) Valor efetivamente reconhecido no resultado		-	-	-

Em R\$ Mil		2019		
a) Órgão		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número total de membros		7,00	6,00	13,00
c) Número de membros remunerados		6,00	6,00	12,00
d) Em relação à Participação no Resultado				
i) Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	-	-
ii) Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	11.547,68	11.547,68
iii) Valor previsto no plano de remuneração, em caso de metas atingidas		-	5.773,84	5.773,84
iv) Valor efetivamente reconhecido no resultado		-	-	-

Em R\$ Mil	2020			
	Conselho de Administração	Comitê de Auditoria Estatutário	Diretoria Estatutária	Total
a) Órgão				
b) Número total de membros	7,00	3,00	6,00	16,00
c) Número de membros remunerados	6,00	1,00	6,00	13,00
d) Em relação à Participação no Resultado				
i) Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii) Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	11.435,46	11.435,46
iii) Valor previsto no plano de remuneração, em caso de metas atingidas	-	-	5.717,73	5.717,73
iv) Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever

Plano de Opção de Compra de Ações – 2008

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, foi extinto em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/12/2017, e, portanto, não será objeto de novas outorgas de opções. O término de sua vigência não afetará a eficácia das opções outorgadas antes de 04/12/2017.

Plano de Opção de Compra de Ações – 2017

a) termos e condições gerais

O Plano foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/12/2017. Compete ao Conselho de Administração da Companhia a administração do Plano, dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Geral, estatuto social e legislação aplicável.

A outorga das opções de compra de ações aos Beneficiários indicados pelo Conselho de Administração será realizada anualmente ou quando for necessário, por meio de Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações.

Para cada Programa de Outorga, o Conselho de Administração fixará, observados os critérios gerais do Plano, o número total de ações ordinárias a serem emitidas, os prazos para que a opção de subscrição das ações se torne exercível, o preço de subscrição de ações e o índice de correção do preço até a data do exercício da opção.

b) principais objetivos do plano

Estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas estabelecidas incentivando os seus principais executivos.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opções baseado em ações é uma forma de engajar o executivo participante de forma que este represente o agente direto de seu resultado.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Como incentivo estratégico e variável².

² Na opinião da Companhia, os valores relacionados aos Planos de Opção de Compra de Ações não configuram “remuneração” para fins fiscais e trabalhistas. A inclusão dos Planos no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para atendimento dos requisitos regulatórios aplicáveis.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano foi desenvolvido de forma a alinhar interesses da administração aos dos acionistas. Concessões periódicas de opções de ações, exercíveis no longo prazo, com prazos mínimos de exercício e obrigatoriedade de manter uma parcela dos ganhos auferidos, investidas nas ações da companhia criam os incentivos necessários para estimular o foco no resultado de longo prazo e na geração de valor para os acionistas.

f) número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro 2017, definiu que as opções outorgadas aos Beneficiários não poderão ultrapassar o montante máximo e cumulativo de 2% das ações de emissão da Companhia, conjuntamente com o Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. As ações concedidas como incentivo no âmbito deste Plano representarão sempre o máximo de 2% (dois por cento) do total das ações da Companhia existentes, considerando-se dentro deste limite o percentual autorizado para a outorga de opções em eventuais planos de incentivos atrelados a ações aprovados pela Companhia.

h) condições de aquisição de ações

As opções concedidas somente poderão ser exercidas após o decurso de 01 ano da data de sua outorga, na proporção de, no máximo, 25% ao ano, sendo que em regime de exceção o primeiro lote anual do Primeiro Programa de Opções será exercível em prazo inferior a 1 (um) ano da outorga, ou seja, a partir de 31/05/2018.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções para a subscrição ou aquisição das ações pelos Beneficiários será correspondente ao preço médio ponderado (valor negociado dividido pelo número de ações negociadas no respectivo pregão) das ações ordinárias da Companhia nos 90 (noventa) pregões da B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão anteriores à data de apuração, que se dará em até 10 (dez) dias corridos anteriores à data da concessão, podendo ser acrescido de correção monetária com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, e ainda de juros, também a seu exclusivo critério.

j) critérios para fixação do prazo do exercício

As opções são concedidas aos Beneficiários em 4 lotes, cada qual equivalente a 25% do total das opções outorgadas (“Lotes Anuais”), observadas as condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, conforme os prazos de carência de cada lote anual, contados a partir da data da outorga das Opções. Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente até o prazo extintivo de 7 (sete) anos, contados a partir da data da outorga das opções. Após o término deste prazo, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das opções, sem direito a qualquer tipo de indenização.

k) forma de liquidação

A aquisição das ações objeto da opção exercida deverá ser realizada mediante pagamento à vista.

l) restrição à transferência das ações

Exercida a opção, o beneficiário se compromete de forma irrevogável e irretroatável a manter em custódia em instituição financeira a ser indicada pela Companhia, pelo prazo de 01 (um) ano a contar da data da aquisição, uma quantidade de ações cujo valor represente 50% (cinquenta por cento) da

diferença entre o valor de mercado das ações resultantes do exercício das opções, e o preço de exercício das opções, na data do exercício.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo (a) por decisão da Assembleia de acionistas da Companhia; (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias da Companhia na bolsa de valores; (d) em virtude de reorganização societária da Companhia; ou (e) pela dissolução ou liquidação da Companhia.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de o beneficiário retirar-se da Companhia por sua única e exclusiva vontade, ou por iniciativa da Companhia, por ou sem justa causa, restarão automaticamente extintas de pleno direito todas as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não sejam exercíveis.

Na eventualidade de o beneficiário retirar-se da Companhia, por sua única e exclusiva vontade, ou por iniciativa da Companhia, sem justa causa, caberá ao mesmo o direito de, no todo ou em parte, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, exercer as opções que já possam ser exercidas.

Em caso de falecimento todas as opções cujos prazos de carência estabelecidos pelo Conselho de Administração ainda não tenham decorrido ficarão disponíveis para exercício e as ações eventualmente já adquiridas serão liberadas para venda pelos herdeiros legais. Em caso de aposentadoria do participante, por idade ou tempo de serviço, ou por invalidez permanente, e caso em razão desta ocorra o desligamento do Beneficiário da Companhia, as opções concedidas e exercíveis que ainda não tiverem sido exercidas poderão ser exercidas em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da respectiva rescisão contratual.

Plano de Incentivo Atrelados a Ações– 2017

a) termos e condições gerais

De acordo com as disposições, o Plano tem como objeto regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio de programas a serem implementados pelo Conselho de Administração.

São elegíveis a participar do Plano 2017, os colaboradores da Companhia, das suas controladas diretas ou indiretas e coligadas aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano 2017 será administrado pelo Conselho de Administração e na medida em que for permitido por lei, pelo estatuto social e nos limites aprovados na Assembleia.

A outorga de incentivos aos Beneficiários compete ao Conselho de Administração, mediante a celebração de contratos de adesão entre a Companhia e os Beneficiários, que fixarão todos os termos e as condições dos Incentivos, conforme os Programas de Incentivo Atrelado a Ações.

No programa de incentivo *matching* de ações, para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários, por intermédio de corretora autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, utilizando-se o percentual de sua remuneração variável anual paga pela Companhia, até o limite estabelecido nos seus respectivos contratos de adesão, a Companhia outorgará aos Beneficiários o direito de receber, gratuitamente, entre 0,5 e 1,25 ações ordinárias da Companhia ("*Matching*"), conforme os termos estabelecidos nos respectivos Programas e Contratos de Adesão.

A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Matching*, uma vez observadas as condições estabelecidas no Plano e no respectivo Programa, será realizada em um único lote, após 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos, conforme definido em cada Contrato de Adesão, a contar da data da outorga.

(b) principais objetivos do plano

Os objetivos principais do Plano 2017, são os seguintes: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados da Companhia que mantenham vínculo de emprego ou estatutário com a Companhia, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais e a consecução dos seus objetivos sociais, alinhados aos interesses de seus acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

A remuneração baseada em ações da Companhia é uma forma de estimular que os Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas e coligadas se tornem acionistas de longo prazo, alinhando o interesse destes Administradores e Gestores com os dos demais acionistas e da Companhia como um todo.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia entende que o Plano de Incentivo Arelado a Ações faz parte das condições que permite atrair e reter talentos, bem como no alinhamento de seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas³.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Incentivo Arelado a Ações prevê a outorga de ações da Companhia aos Administradores e Gestores da Companhia e de suas controladas e coligadas, de acordo com certas condições estabelecidas nos Programas.

Ao estimular que os Administradores e empregados da Companhia se tornem acionistas de longo prazo o Plano de Incentivo Arelado a Ações contribui para alinhar os interesses destes Administradores e empregados com os dos demais acionistas e da Companhia como um todo.

Caso aprovado pelo Conselho de Administração um programa de incentivo *matching* de ações, para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários, por intermédio de corretora autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, utilizando-se o percentual de sua remuneração variável anual paga pela Companhia, até o limite estabelecido nos seus respectivos contratos de adesão, a Companhia outorgará aos Beneficiários o direito de receber, gratuitamente, entre 0,5 e 1,25 ações ordinárias da Companhia ("*Matching*"), conforme os termos estabelecidos nos respectivos Programas e Contratos de Adesão.

A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Matching*, uma vez observadas as condições estabelecidas no Plano e no respectivo Programa, será realizada em um único lote, após 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos, conforme definido em cada Contrato de Adesão, a contar da data da outorga.

(f) número máximo de ações abrangidas

As ações concedidas como incentivo no âmbito deste Plano representarão sempre o máximo de 2% (dois por cento) do total das ações da Companhia existentes, considerando-se dentro deste limite o percentual autorizado para a outorga de opções em eventuais planos de opção de compra de ações aprovados pela Companhia.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não houve até o momento a outorga de opções no Plano de Incentivo Arelado a Ações. O Plano de Incentivo Arelado a Ações prevê a outorga de ações de emissão da Companhia aos Administradores

³ Na opinião da Companhia, os valores relacionados aos Planos de Opção de Compra de Ações não configuram "remuneração" para fins fiscais e trabalhistas. A inclusão dos Planos no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para atendimento dos requisitos regulatórios aplicáveis.

e empregados da Companhia e de suas controladas e coligadas, de acordo com certas condições estabelecidas no respectivo Plano.

(h) condições de aquisição de ações

Caso aprovado pelo Conselho de Administração um programa de incentivo *matching* de ações, os Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, para cada ação ordinária da Companhia adquirida, por intermédio de corretora autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, utilizando-se o percentual de sua remuneração variável anual paga pela Companhia, até o limite estabelecido nos seus respectivos contratos de adesão, a Companhia outorgará o direito de receber, gratuitamente, entre 0,5 e 1,25 ações ordinárias da Companhia ("*Matching*"), conforme os termos estabelecidos nos respectivos Programas e Contratos de Adesão.

A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Matching*, uma vez observadas as condições estabelecidas no Plano e no respectivo Programa, será realizada em um único lote, após 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos a contar da data da outorga, conforme definido em cada Contrato de Adesão.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não houve até o momento a outorga de opções no Plano de Incentivo Atrelado a Ações e, portanto, não há fixação do prazo de exercício. As respectivas condições constarão dos Programas oportunamente aprovados pelo Conselho de Administração.

(j) critérios para fixação do prazo do exercício

Não houve até o momento a outorga de opções no Plano de Incentivo Atrelado a Ações e, portanto, não há fixação do prazo de exercício. As respectivas condições constarão dos Programas oportunamente aprovados pelo Conselho de Administração.

(k) forma de liquidação

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações prevê a outorga de ações de emissão da Companhia aos Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas e coligadas, elegíveis pelo Conselho de Administração, respeitando as condições do Programa.

(l) restrição à transferência das ações

Nos termos do Plano de Incentivos Atrelado a Ações caberá ao Conselho de Administração impor restrições a transferência das ações.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/12/2017 e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia ou do Conselho de Administração. O término da vigência do Plano não afetará a eficácia dos incentivos ainda em vigor já concedidos, nos termos dos respectivos programas. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos casos de Desligamento por iniciativa do Beneficiário (e.g. pedido de demissão ou renúncia), Desligamento por iniciativa da Companhia por justa causa (e.g. dispensa por justa causa ou destituição por justo motivo) ou Desligamento por iniciativa da Companhia sem justa causa, mas nas hipóteses definidas como Justo Motivo para os fins de cada Programa de Incentivo Atrelados a Ações, antes do término do Período de Carência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração, o Beneficiário deixará de fazer jus às ações que lhe foram outorgadas em razão do *Matching*. Nos casos de Desligamento por iniciativa da Companhia sem justa causa (e.g. dispensa sem justa causa ou destituição sem justo motivo) fora das hipóteses de Justo Motivo definidas em cada Programa de Incentivo Atrelados a Ações, o Beneficiário fará jus às ações que lhe seriam transferidas ao término do Período de Carência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração de forma proporcional ao

número de meses em que o Beneficiário manteve a sua relação com a Companhia ao longo do Período de Carência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração. Nos casos de Desligamento em razão de aposentadoria do Beneficiário ou rescisão contratual de Beneficiário já aposentado, aplicar-se-ão as seguintes regras: (a) se o Beneficiário possuir pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos de serviços prestados à Companhia e comunicar formalmente sua intenção de desligamento com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência, todas as ações outorgadas ao Beneficiário em razão do *Matching* serão transferidas ao Beneficiário em até 30 (trinta) dias contados do Desligamento; (b) se o Beneficiário não cumprir simultaneamente os dois requisitos do item (a) e se desligar da Companhia por sua iniciativa, o Beneficiário fará jus às ações que lhe seriam transferidas ao término do Período de Carência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração de forma proporcional ao número de meses em que o Beneficiário manteve a sua relação com a Companhia ao longo do Período de Carência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração; ou (c) se o Beneficiário for desligado por iniciativa da Companhia sem justa causa e sem Justo Motivo, (c1) e o Beneficiário possuir pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos de serviços prestados à Companhia, todas as ações outorgadas ao Beneficiário em razão do *Matching* serão transferidas ao Beneficiário em até 30 (trinta) dias contados do Desligamento; (c2) e o Beneficiário não possuir pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos de serviços prestados à Companhia, o Beneficiário fará jus às ações que lhe seriam transferidas ao término do Período de Carência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração de forma proporcional ao número de meses em que o Beneficiário manteve a sua relação com a Companhia ao longo do Período de Carência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração. Nos casos de Desligamento por morte, os herdeiros legais do Beneficiário receberão, independentemente do término do Período de Carência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração, todas as ações outorgadas ao Beneficiário em razão do *Matching*, observados os prazos descritos em cada Programa de Incentivo Atrelados a Ações.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (*) ()**

Plano de Opções Aprovado na AGE 10/04/2008

	Ano	2014	2015	2016
	Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
	Nº Total de Membros	6	6	6
	Nº de Membros remunerados	6	6	6
Em Relação a Cada Outorga de Opções de Compra de Ações	Data da Outorga	21/05/2014	29/07/2015	24/05/2016
	Quantidade de Opções Outorgadas	577.581	958.112	926.365
	Prazo para que as Opções se Tornem Exercíveis	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular os %

		cumular os % p/ o final do período.	cumular os % p/ o final do período.	p/ o final do período.
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	21/05/2021	29/07/2022	24/05/2023
	Prazo de Restrição às Transferência das Ações	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido
Preço Médio Ponderado de Exercício de Cada um dos Seguintes Grupos de Opções	Em Aberto no Início do Exercício Social	R\$ 37,97	12,64	14,25
	Perdidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exercidas Durante o Exercício Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Expiradas Durante o Exercício Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Valor Justo das Opções na Data de Outorga	R\$ 5,38	R\$ 3,87	R\$ 2,90
	Diluição Potencial em Caso de Exercício de Todas as Opções Outorgadas	1,10%	1,92%	2,49%

(*) O Conselho de Administração não participa do plano.

(**) Durante o exercício de 2017 não foram outorgadas novas opções para este plano que foi extinto em Assembleia realizada em 04/12/2017.

Plano de Opções Aprovado na AGE 04/12/2017

	Ano	2017	2018	2019	2020
	Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretora Estatutária	(*)
	Nº Total de Membros	6	6	6	(*)
	Nº de Membros remunerados	6	6	6	(*)
Em Relação a Cada Outorga de Opções de Compra de Ações	Data da Outorga	13/12/2017	29/08/218	08/05/2019	(*)
	Quantidade de Opções Outorgadas	491.043	764.991	490.017	(*)
	Prazo para que as Opções se Tornem Exercíveis	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular o % p/ o final do período.	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular o % p/ o final do período.	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular o % p/ o final do período.	(*)
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	21/05/2024	29/08/2025	08/05/2019	(*)
	Prazo de Restrição à Transferência das Ações	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	(*)
Preço Médio Ponderado de Exercício de Cada um dos Seguintes Grupos de Opções	Em Aberto no Início do Exercício Social	R\$	--- R\$ 26,50	R\$ 19,99	(*)
	Perdidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 27,49	0 24,51	(*)
	Exercidas Durante o Exercício Social	R\$ 0,00	(*)0,00	R\$ 20,18	(*)
	Expiradas Durante o Exercício Social	R\$ 0,00	(*)0,00	0,00	(*)

	Valor Justo das Opções na Data de Outorga	R\$ 26,50	R\$ 16,16	R\$ 11,37	(*)
	Diluição Potencial em Caso de Exercício de Todas as Opções Outorgadas	0,44%	(*) 1,08%	1,22%	(*)

(*) Ainda não houve outorga de opções para o exercício social corrente (2020)

Plano de Incentivo Atrelado a Ações AGE 04/12/2017

No exercício de 2019 não houve outorgas de ações como parte deste programa, bem como ainda não há atribuição para o exercício social corrente (2020).

13.6. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo (*)

Plano de Opções Aprovado na AGE 10/04/2008

	Órgão	Diretoria Estatutária					
	Nº Total de Membros	6					
	Nº Membros Remunerados	6					
Em Relação às Opções Ainda Não Exercíveis	Quantidade	162.592 na proporção de 25% em cada ano.					
	Data em que se Tornarão Exercíveis	4ª Outorga	5ª Outorga	6ª. Outorga	8ª. outorga	9ª outorga	10ª outorga
		04/05/2012	08/05/2013	21/05/2014	21/05/2015	29/07/2016	24/05/2017
		04/05/2013	08/05/2014	21/05/2015	21/05/2016	29/07/2017	24/05/2018
		04/05/2014	08/05/2015	21/05/2016	21/05/2017	29/07/2018	24/05/2019
		04/05/2015	08/05/2016	21/05/2017	21/05/2018	29/07/2019	24/05/2020
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	29/05/2018	08/05/2019	21/05/2020	21/05/2021	29/07/2020	24/05/2023
Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido						
Preço Médio Ponderado do							

	Exercício	R\$ 31,40			
	Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social	R\$ 5.105.388,80			
Em Relação às Opções Exercíveis	Quantidade	6ª. Outorga – 154.0008ª. Outorga – 394.002 9ª Outorga – 0 10ª Outorga – 251.682			
	Prazo Máximo para Exercício das Opções.	6ª. Outorga – 21/05/2020 8ª. Outorga – 21/05/2021 10ª Outorga – 24/05/2023			
	Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido			
	Preço Médio Ponderado de Exercício.	R\$ 34,05			
	Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social.	R\$ 27.229.240,20			
	Valor Justo do Total das Opções no Último Dia do Exercício Social.	R\$ 27.229.240,20			

(*) O Conselho de Administração não participa do Plano.

Plano de Outorga de Opções aprovado na AGE de 04/12/2017

	Órgão	Diretoria Estatutária				
	Nº Total de Membros	6				
	Nº Membros Remunerados	6				
Em Relação às Opções Ainda Não Exercíveis	Quantidade	1 994.639 na proporção de 25% em cada ano.				
	Data em que se Tornarão	1ª Outorga 13/05/2018	2ª Outorga 29/08/2019	3ª Outorga 08/05/2020		

	Exercíveis	13/05/2019	29/08/2020	08/05/2021			
		13/05/2020	29/08/2021	08/05/2022			
		13/05/2021	29/08/2022	08/05/2023			
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	13/05/2024	29/08/2025	08/05/2026			
	Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	01 (um) ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido					
	Preço Médio Ponderado do Exercício	R\$ 23,73					
Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social	R\$ 23.602.783,47						
Em Relação às Opções Exercíveis	Quantidade						
	Prazo Máximo para Exercício das Opções.	1º Programa - 13/05/2024 2º Programa – 29/08/2025 3º Programa – 08/05/2026					
	Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido					
	Preço Médio Ponderado de Exercício.	R\$ 24,20					
	Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social.	R\$ 7.354.670,40					
	Valor Justo do Total das Opções no Último Dia do Exercício Social.	R\$ 7.354.670,40					

(*) O Conselho de Administração não participa do Plano.

(**) Na opinião da Companhia, os valores relacionados aos Planos de Opção de Compra de Ações não configuram “remuneração” para fins fiscais e trabalhistas. A inclusão dos Planos no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para atendimento dos requisitos regulatórios aplicáveis.

(***) O Conselho de Administração não participa do Plano.

Plano de Incentivo Atrelado a Ações AGE 04/12/2017

Nos exercícios de 2018 e 2019 não houve outorgas de ações como parte deste programa.

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais **Plano de Opções Aprovado na AGE 10/04/2008**

Ano			2017	2018	2019
Órgão			Diretoria	Diretoria	Diretoria

			Estatutária	Estatutária	Estatutária
	Nº Total de Membros		6	6	6
	Nº Membros Remunerados		6	6	6
Em Relação às Opções Exercidas	Nº de Ações		0	0	0
	Preço Médio Ponderado de Exercício		15,07	R\$ 15,29	R\$ 15,55
	Valor total da Diferença Entre o Valor de Exercício e o Valor de Mercado das Ações Relativas às Opções Exercidas		R\$ 6.544.573	R\$ 35.613,50	R\$ 10.384.454,94
Em Relação às Ações Entregues	Nº de Ações		0	0	0
	Preço Médio Ponderado de Aquisição		R\$ 13,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Valor Total da Diferença Entre o Valor de Aquisição e o Valor de Mercado das Ações Adquiridas		R\$ 2.997.087	R\$ 0,00	R\$ 0,00

(*) Durante o exercício de 2017 não foram outorgadas novas opções para este plano que foi extinto em Assembleia realizada em 04/12/2017.

(**) Na opinião da Companhia, os valores relacionados aos Planos de Opção de Compra de Ações não configuram "remuneração" para fins fiscais e trabalhistas. A inclusão dos Planos no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para atendimento dos requisitos regulatórios aplicáveis.

Plano de Opções Aprovado na AGE 04/12/2017 (*)

	Ano	2017	2018	2019
	Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
	Nº Total de Membros	6	6	6
	Nº Membros Remunerados	6	6	6
Em Relação às Opções Exercidas	Nº de Ações	491.043	764.991	446.042
	Preço Médio Ponderado de Exercício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20,18
	Valor total da Diferença Entre o Valor de Exercício e o Valor de Mercado das Ações Relativas às Opções Exercidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.140.919,96
Em Relação às Ações Entregues	Nº de Ações	0	0	0
	Preço Médio Ponderado de Aquisição	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20,18
	Valor Total da Diferença Entre o Valor de Aquisição e o Valor de Mercado das Ações Adquiridas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.140.919,96

(*) Na opinião da Companhia, os valores relacionados aos Planos de Opção de Compra de Ações não configuram “remuneração” para fins fiscais e trabalhistas. A inclusão dos Planos no compute da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para atendimento dos requisitos regulatórios aplicáveis.

Plano de Incentivo Atrelado a Ações AGE 04/12/2017

Nos exercícios de 2018 e 2019 não houve outorga de ações como parte deste programa.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

Plano de Opções Aprovado na AGE 10/04/2008

Método Black & Scholes do 1º ao 5º Programa.
Modelo Binomial do 6º ao 10º Programa.

Plano de Opções Aprovado na AGE 04/12/2017

Método Binomial do 1º, 2º e 3º Programas.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano AGE 10/04/2008

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	8º.	9º.	10º
	Progra	Progra	Progra	Progra	Progr	Progr	Progr	Progr	Progr
	ma	ma	ma	ma	ama	ama	ama	ama	ama
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	4/mai/11	8/mai/12	21/mai/13	21/mai/14	29/jul/15	24/mai/16
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	226.800	239.800	577.581	958.112	926.365
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83	38,61	25,05	12,64	14,25
Preço de fechamento	10,424	11,04	41,50	33,50	45,91	43,50	21,79	11,64	13,08
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%	1,83%	2,18%	2,75%	2,49%
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21	29,01	34,64	43,71	39,50

ano					%	%	%	%	%
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%	4,00%	5,10%	5,50%	5,50%
Cupom de IPCA (*)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%	3,83%	6,16%	6,65%	6,13%
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17,00	11,87	5,38	3,87	2,90
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183	3.134	5.127	4.404	3.561

Plano de Opções Aprovado na AGE 04/12/2017

	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Data da avaliação	13/12/2017	29/08/2018	08/05/2019
Quantidade de ações	491.043	764.991	446.042
Preço de exercício	26,50	16,16	29,73
Preço de fechamento	26,21	16,74	31,75
Volatilidade ao dia	2,67%	2,67%	2,67%
Volatilidade ao ano	37,44%	37,43	37,65
Dividendos esperados	4,70%	5,04	3,17
Cupom de IPCA (*)	5,12%	5,70	4,19
Prazo total	7	7	7
Preço unitário da opção	7,96	5,15	11,37
Preço total	3.908.702	3.939.703	5.071.497

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opções Aprovado na AGE 10/04/2008

Nenhuma premissa para antecipação foi considerada.

Plano de Opções Aprovado na AGE 04/12/2017

Nenhuma premissa para antecipação foi considerada.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opções Aprovado na AGE 10/04/2008

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 08 de maio de 2012 para o 5º programa, 21 de maio de 2013 para o 6º programa, 25 de julho de 2013 para o 7º programa, 21 de maio de 2014 para o 8º programa, 29 de julho de 2015 para o 9º programa e 24 de maio de 2016 para o 10º programa, foi obtida diretamente do serviço Bloomberg e para o 4º programa de 04 de maio de 2011, foi retirada diretamente do serviço Economática. O preço do fechamento para a data específica é de R\$ 10,42 por ação para o 1º programa, R\$ 11,04 por ação para o 2º programa, R\$ 41,50 para o 3º programa, R\$ 33,50 para o 4º programa, R\$ 45,91 para o 5º programa, R\$ 43,50 para o 6º programa, R\$ 30,56 para o 7º programa, R\$ 25,05 para o 8º programa, R\$ 11,64 para o 9º programa e R\$ 13,08 para o 10º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 04 de maio de 2011, para o 4º programa, 08 de maio de 2012 para o 5º programa, 21 de maio de 2013 para o 6º programa, 25 de julho de 2013 para o 7º programa, 21 de maio de 2014 para o 8º programa, 29 de julho de 2015 para o 9º programa e 24 de maio de 2016 para o 10º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 a 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 à 28 de maio de 2009 para o 2º programa, do período de 28 de maio de 2009 à 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do período de 09 de maio de 2011 à 08 de maio de 2012 para o 5º programa, do período de 30 de junho de 2012 à 21 de maio de 2013 para o 6º programa, do período de 31 de agosto de 2012 à 25 de julho de 2013 para o 7º programa do serviço Bloomberg do período de 30 de abril de 2013 a 21 de maio de 2014 para o 8º programa, do período de 29 de julho de 2008 a 29 de julho de 2015 para o 9º programa, do período de 26 de maio de 2009 a 24 de maio de 2016 para o 10º programa e do período de 31 de maio de 2010 a 04 de maio de 2011 para o 4º programa, do serviço Economática, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das Stock Options.

Plano de Opções Aprovado na AGE 04/12/2017

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 13 de dezembro de 2017 para o 1º programa, de 29/08//2018 para o 2º programa e de 08/05/2019 para o terceiro programa, foi obtida diretamente do serviço Bloomberg.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Plano de Opções Aprovado na AGE 10/04/2008

Não foi utilizada nenhuma outra característica na mensuração de seu valor justo.

Plano de Opções Aprovado na AGE 04/12/2017

Não foi utilizada nenhuma outra característica na mensuração de seu valor justo.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta e indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Grupo Controlador Difuso
Quantidade Ações Emissor	119.003	110.768	34.481.228

(1) As ações detidas pelo Sr. Ivo Hering (membro do Conselho de Administração da Companhia) e pelo Sr. Fabio Hering, (Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia), estão contempladas no quadro Grupo Controlador Difuso.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Em R\$ Mil	2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
a) Órgão			
b) Número de membros*	-	6	6
c) Número de membros remunerados	-	6	6
d) Nome do Plano	Heringprev		
e) Quantidade de administradores com condições para se aposentar	-	4	4
f) Condições para se aposentar antecipadamente	O participante será elegível a uma Aposentadoria Antecipada qdo preencher, as seguintes condições: 55 anos de idade; mínimo de 10 anos creditado; elegibilidade a uma Aposentadoria pela Previdência Social.		
g) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência**	-	8.538,77	8.538,77
h) Valor total acumulado das contribuições realizadas***	-	233,98	233,98
i) Possibilidade de resgate antecipado?	Não		
Condições	N.A.		

(*) Nr. de membros ao final do exercício

(**) Até o encerramento do exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

(***) Durante o exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

a) Órgão	2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros*	-	8	8
c) Número de membros remunerados	-	8	8
d) Nome do Plano	Heringprev		
e) Quantidade de administradores com condições para se aposentar	-	4	4
f) Condições para se aposentar antecipadamente	O participante será elegível a uma Aposentadoria Antecipada qdo preencher, as seguintes condições: 55 anos de idade; mínimo de 10 anos creditado.		
g) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência**	-	9.993.921,53	9.993.921,53
h) Valor total acumulado das contribuições realizadas***	-	237.002,06	237.002,06
i) Possibilidade de resgate antecipado?	Não		
Condições	N.A.		

(*) Nr. de membros ao final do exercício

(**) Até o encerramento do exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

(***) Durante o exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a) Órgão	2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros	7,67	6,08	18,75
c) Número de membros remunerados	6,67	6,08	17,75
d) Valor da maior remuneração individual*	1.181,43	8.364,66	126.221,00
e) Valor da menor remuneração individual ¹	240,31	1.295,73	55.103,98
f) Valor médio de remuneração individual	381,34	2.899,72	73.460,03

a) Órgão	2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros	6,42	6,00	17,42
c) Número de membros remunerados	5,42	6,00	16,42
d) Valor da maior remuneração individual*	1.197,31	5.198,81	133.591,63
e) Valor da menor remuneração individual ¹	243,07	1.195,29	60.195,34
f) Valor médio de remuneração individual	445,29	2.073,03	78.650,52

Em R\$ Mil	2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
a) Órgão			
b) Número de membros	7,00	6,00	17,33
c) Número de membros remunerados	6,00	6,00	16,33
d) Valor da maior remuneração individual*	1.018,73	3.073,42	110.260,06
e) Valor da menor remuneração individual ¹	273,02	925,70	57.675,19
f) Valor médio de remuneração individual	421,31	1.453,85	73.120,74

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A Companhia não tem acionista controlador.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração que não sejam em razão da função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

R\$	2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Órgão			
HRG - Interm. Serv. Fin. Ltda			
Número de membros	-	2,67	2,67
Pro-labore	-	29.984,00	29.984,00

R\$ Orgão	2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Interm. Serv. Fin. Ltda			
Número de membros	-	2,00	2,00
Pro-labore	-	22.896,00	22.896,00

R\$ Orgão	2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Interm. Serv. Fin. Ltda			
Número de membros	-	3,00	3,00
Pro-labore	-	35.928,00	35.928,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações a comentar que a Companhia julgue relevantes.